



STJ

Assessoria de Gestão Estratégica
Coordenadoria de Governança de Dados e Informações Estatísticas

RELATÓRIO ESTATÍSTICO

2025

 **Avalie nosso serviço**
E ajude a aprimorar a
Estatística Processual





Assessoria para Assuntos Funcionais de Magistrados
Composição – 18/12/2025

PLENÁRIO	CORTE ESPECIAL	PRIMEIRA SEÇÃO Direito Público	SEGUNDA SEÇÃO Direito Privado	TERCEIRA SEÇÃO Direito Penal	CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
<ol style="list-style-type: none"> Francisco Cândido de Melo Falcão Neto Fátima Nancy Andrighi João Otávio de Noronha Humberto Eustáquio Soares Martins Maria Thereza Rocha de Assis Moura Antonio Herman de V. e Benjamin (Presidente) Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes Luis Felipe Salomão (Vice-Presidente) Mauro Luiz Campbell Marques⁴ Benedito Gonçalves Raul Araújo Filho Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues Antonio Carlos Ferreira¹ Ricardo Villas Bôas Cueva Sebastião Alves dos Reis Júnior Marco Aurélio Gastaldi Buzzi Marco Aurélio Bellizze Oliveira Sérgio Luiz Kukina Paulo Dias de Moura Ribeiro Regina Helena Costa Rogério Schietti Machado Cruz Luiz Alberto Gurgel de Faria Reynaldo Soares da Fonseca² Marcelo Navarro Ribeiro Dantas³ Antonio Saldanha Palheiro Joel Ilan Paciornik Messod Azulay Neto Paulo Sérgio Domingues Teodoro Silva Santos José Afrânio Vilela Daniela Rodrigues Teixeira Maria Marluce Caldas Bezerra Carlos Augusto Pires Brandão <p>¹ Diretor da Revista ² Ministro Ouvidor ³ Ministro Ouvidor Substituto ⁴ Corregedor Nacional de Justiça</p> <p>Art. 2º, § 1º, do RISTJ</p> <p>Presidência: 22/8/2024 a 22/8/2026</p> <p>Diretor-Geral: Sergio José Americo Pedreira</p>	<ol style="list-style-type: none"> Herman Benjamin Luis Felipe Salomão Francisco Falcão Nancy Andrighi João Otávio de Noronha Humberto Martins Maria Thereza de Assis Moura Og Fernandes Mauro Campbell Marques Benedito Gonçalves Raul Araújo Isabel Gallotti Antonio Carlos Ferreira Villas Bôas Cueva Sebastião Reis Júnior <p>Art. 2º, § 2º, do RISTJ</p> <p>Coord.: Bárbara Amorim S. Camunã</p> <p>Sessões: 1ª e 3ª quartas-feiras do mês</p> <p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> Herman Benjamin Luis Felipe Salomão Francisco Falcão Nancy Andrighi João Otávio de Noronha Humberto Martins Maria Thereza de Assis Moura Og Fernandes Mauro Campbell Marques Benedito Gonçalves Raul Araújo Filho <p>Art. 5º do RISTJ</p> <p>CEJUSC</p> <p>Nancy Andrighi Coordenadora-Geral (2024/26)</p> <p>Ministros Supervisores</p> <p>Sebastião Reis Júnior Câmara de Direito Penal</p> <p>Marco Buzzi Câmara de Direito Privado</p> <p>Paulo Sérgio Domingues Câmara de Direito Público</p> <p>Res. STJ/GP n. 14/2024</p>	<ol style="list-style-type: none"> Francisco Falcão Maria Thereza de Assis Moura Benedito Gonçalves Marco Aurélio Bellizze Sérgio Kukina Regina Helena Costa* Gurgel de Faria Paulo Sérgio Domingues Teodoro Silva Santos Afrânio Vilela <p>*Presidência: 15/1/2024 a 14/1/2026 Secretária: Mariana Coutinho Molina</p> <p>Art. 2º, §§ 3º e 6º, do RISTJ c/c Resol. n. 26/2020 – Sessões: 2ª e 4ª quartas-feiras do mês</p> <p>PRIMEIRA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Benedito Gonçalves Ingresso: 18/9/2008 Sérgio Kukina* Ingresso: 7/2/2013 Regina Helena Costa Ingresso: 29/8/2014 Gurgel de Faria Ingresso: 1º/3/2016 Paulo Sérgio Domingues Ingresso: 7/12/2022 <p>*Presidência: 5/5/2025 a 4/5/2027 Secretária: Andrea G. Fujichima</p> <p>SEGUNDA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Francisco Falcão Ingresso: 2/9/2016 Maria Thereza de Assis Moura Ingresso: 23/8/2024 Marco Aurélio Bellizze Ingresso: 22/11/2024 Teodoro Silva Santos Ingresso: 15/3/2024 Afrânio Vilela* Ingresso: 23/11/2023 <p>*Presidência: 15/1/2024 a 14/1/2026 Secretária: Angela Valéria M.A. Dusi</p> <p>Art. 2º, §§ 3º, 4º e 6º, do RISTJ c/c Resol. n. 26/2020 – Sessões: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª terças-feiras do mês</p>	<ol style="list-style-type: none"> Nancy Andrighi João Otávio de Noronha Humberto Martins Raul Araújo Isabel Gallotti Antonio Carlos Ferreira Villas Bôas Cueva Marco Buzzi* Moura Ribeiro Daniela Teixeira <p>*Presidência: 27/8/2025 a 26/8/2027 Secretário: Dimas Dias Pinto</p> <p>TERCEIRA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Nancy Andrighi Ingresso: 25/8/2016 Humberto Martins* Ingresso: 1º/6/2023 Villas Bôas Cueva Ingresso: 14/6/2011 Moura Ribeiro Ingresso: 29/8/2014 Daniela Teixeira Ingresso: 1º/3/2025 <p>*Presidência: 1º/4/2024 a 31/3/2026 Secretária: Maria Auxiliadora Ramalho</p> <p>QUARTA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> João Otávio de Noronha* Ingresso: 23/8/2022 Raul Araújo Ingresso: 26/9/2018 Isabel Gallotti Ingresso: 11/8/2010 Antonio Carlos Ferreira Ingresso: 11/6/2011 Marco Buzzi Ingresso: 6/9/2011 <p>*Presidência: 30/8/2024 a 29/8/2026 Secretária: Teresa Helena Basevi</p>	<ol style="list-style-type: none"> Og Fernandes Sebastião Reis Júnior Rogério Schietti Cruz Reynaldo Soares da Fonseca Ribeiro Dantas Antonio Saldanha Palheiro* Joel Ilan Paciornik Messod Azulay Neto Maria Marluce Caldas Carlos Pires Brandão <p>*Presidência: 11/3/2025 a 10/3/2027 Secretário: Gilberto Ferreira Costa</p> <p>QUINTA TURMA</p> <ol style="list-style-type: none"> Reynaldo Soares da Fonseca* Ingresso: 27/5/2015 Ribeiro Dantas Ingresso: 1º/10/2015 Joel Ilan Paciornik Ingresso: 7/4/2016 Messod Azulay Neto Ingresso: 7/12/2022 Maria Marluce Caldas Ingresso: 5/9/2025 <p>*Presidência: 7/5/2025 a 6/5/2027 Secretário: Marcelo Pereira Cruvinel</p>	<p>Herman Benjamin Presidente</p> <p>Luis Felipe Salomão Vice-Presidente Corregedor-Geral</p> <p>Membros Efetivos</p> <p>Gurgel de Faria (2024/26) Vice-Corregedor</p> <p>Reynaldo S. da Fonseca (2024/26) Ribeiro Dantas (2025/27) Joel Ilan Paciornik (2025/27)</p> <p>Membros Suplentes</p> <p>Messod Azulay Neto (2024/26) Paulo Sérgio Domingues (2025/27) Teodoro Silva Santos (2025/27) (Vago)</p> <p>Art. 7º do RISTJ</p> <p>ENFAM</p> <p>Benedito Gonçalves Diretor-Geral Biênio 2024/26</p> <p>Isabel Gallotti Vice-Diretora Biênio 2024/26</p> <p>Luis Felipe Salomão Diretor do CEJ/CJF Villas Bôas Cueva Biênio 2024/26</p> <p>Sebastião Reis Júnior Biênio 2025/27</p> <p>Art. 10 do RI/ENFAM</p> <p>TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL</p> <p>Antonio Carlos Ferreira Corregedor-Geral Efetivo (2024/26) Villas Bôas Cueva Efetivo (2025/27) Sebastião Reis Júnior Substituto (2025/27) Marco Buzzi (Agdo posse) Substituto (2025/27)</p> <p>Art. 10, III, do RISTJ</p>
COMISSÕES PERMANENTES – Arts. 40 e 41 do RISTJ					
REGIMENTO INTERNO	DOCUMENTAÇÃO	COORDENAÇÃO	GESTORA DE PRECEDENTES, JURISPRUDÊNCIA E AÇÕES COLETIVAS	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SEGURANÇA CIBERNÉTICA	
<p>Antonio Carlos Ferreira (Presidente)</p> <p>Sérgio Kukina Moura Ribeiro Regina Helena Costa Reynaldo Soares da Fonseca Antonio Saldanha Palheiro</p>	<p>Og Fernandes (Presidente)</p> <p>Antonio Carlos Ferreira Antonio Saldanha Palheiro Joel Ilan Paciornik (<i>Suplente</i>)</p>	<p>Marco Buzzi (Presidente)</p> <p>Regina Helena Costa Gurgel de Faria Ribeiro Dantas (<i>Suplente</i>)</p>	<p>Sérgio Kukina (Presidente)</p> <p>Marco Aurélio Bellizze Moura Ribeiro Rogério Schietti Cruz Joel Ilan Paciornik Daniela Teixeira</p>	<p>Paulo Sérgio Domingues (Presidente)</p> <p>Villas Bôas Cueva (Vice-Presidente) João Otávio de Noronha Afrânio Vilela Carlos Pires Brandão</p>	



STJ

Assessoria de Gestão Estratégica
Coordenadoria de Governança de Dados e Informações Estatísticas

RELATÓRIO ESTATÍSTICO

Brasília
2025



Sumário

1. Composição do Superior Tribunal de Justiça	2
2. Introdução	6
3. Relatório sucinto – Atividades Jurisdicionais do STJ 02/01/2025 a 31/12/2025	7
4. Movimentação processual por ministros	8
5. Processos recebidos e distribuídos.....	9
6. Processos distribuídos e registrados por órgãos julgadores	13
7. Processos distribuídos e registrados por classes de feitos	14
8. Processos julgados	15
9. Processos julgados por órgão julgante	18
10. Processos julgados por classes de feitos	19
11. Decisões e despachos proferidos pela ministra presidente e ministro vice-presidente	20
12. Gráfico - processos distribuídos e julgados nas seções e respectivas turmas	21
13. Gráfico - processos registrados e julgados pela ARP	22
14. Gráfico - Processos distribuídos, julgados e acórdãos publicados	23
15. Julgados por teor	24
16. Julgados por teor - Reclnt	25
17. Processos distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento no período de 7/4/1989 a 31/12/2025.....	26
18. Gráfico - Distribuídos, julgados e pendentes de 1º julgamento entre 1/1/2008 e 31/12/2025.....	27

19. Recursos repetitivos	28
20. Recursos internos	29
21. Recursos internos protocolizados por relator	30
22. Processos baixados e acervo	31
23. Gráfico – acervo por relator e órgão julgador	35
24. Gráfico – acervo por assunto e ramo de direito	36
25. Assuntos mais demandados	37
26. Maiores litigantes	38
27. Metas CNJ	39
28. Metas nacionais do poder judiciário – Metas 1, 2 e 4	40
29. Metas nacionais do poder judiciário – Metas 5, 6, 7, 9, 10 e 11	41
30. Glossário	42

1. Introdução

Em conformidade com o Regimento Interno nos seus artigos 21, inciso XXIX, e 117, o presente Relatório Estatístico, publicado anualmente, divulga os dados quantitativos sobre o trâmite processual e a atividade judicante no STJ. O relatório estatístico visa proporcionar ao leitor uma compreensão geral das principais informações estatísticas do Tribunal e de sua evolução histórica.

O relatório está assim estruturado:

1. Relatório sucinto e movimentação processual, são apresentadas tabelas com os resumos das principais estatísticas do tribunal e detalhamento por ministro;

2. Processos recebidos, em que é detalhado principais estatísticas relacionadas ao recebimento de processos tais como origem, classe, assunto e demandantes;

3. Processos distribuídos e registrados, no qual são analisados os dados referentes à distribuição dos processos aos ministros do tribunal;

4. Processos julgados, em que é analisada o julgamento dos processos, detalhando por classe, assunto, teor, ministros, turmas, seções, órgãos julgadores e recursos repetitivos;

5. Recursos protocolados, em que são abordados os recursos interpostos às decisões do tribunal;

6. Processos baixados, traz uma análise dos processos baixados, como tempo até a primeira baixa, classe, assunto, entre outros;

7. Processos tramitando, traz um panorama do acervo do tribunal;

8. Metas nacionais, é mostrado o cumprimento das metas nacionais do CNJ.

Atividades Jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça

Período: 01/01/2025 a 31/12/2025

Movimentação Processual

Processos Recebidos	508.523
Processos Distribuídos (A)	305.450
Processos Registrados - Competência Exclusiva da Presidência (B)	8.057
Processos Registrados à Presidência por triagem no processamento inicial (1)(C)	220.834
Total de Processos Distribuídos e Registrados (A+B+C)	534.341
Processos Julgados em Sessão	221.223
Processos Decididos Monocraticamente	560.938
Total Processos Julgados (incluindo AgInt, AgRg e EDcl)	781.788
Total Processos Julgados (excluindo AgInt, AgRg e EDcl)	557.863
Acórdãos Publicados	221.850
Processos Baixados	520.783
Processos com Vista ao MPF em 31/12/2025	9.395
Processos Tramitando em 31/12/2025	318.651

Decisões e Despachos do Ministro Presidente e Vice-Presidente

Ministro Presidente (exceto RE e RO)	434.404
Ministro Vice-Presidente (exceto RE e RO)	19.483
Recursos Extraordinários e Ordinários	12.784

Recursos Repetitivos (Temas)

Recursos repetitivos	Temas Afetados			
	Afetados	Julgados		Aguardando julgamento
		02/01/2025 a 31/12/2025	02/01/2025 a 31/12/2025	
Corte Especial	6	6	95	23
Primeira Seção	52	47	616	51
Segunda Seção	16	7	232	31
Terceira Seção	25	18	119	33
Total	99	78	1062	138

Fontes: SJD, ARP, NUGEPNAC, AJC, SPF, Gabinetes de Ministros e STI (BI).

Notas: Nos processos tramitando estão inclusos os com status "processamento de RE/RO" e "em execução".

Nos cargos de Magistrados estão computados os providos ou não.

(1) Processos recursais submetidos à triagem processual pela Secretaria Judiciária e ARP, conforme previsto na Emenda Regimental n. 24 de 28.09.2016. Não computados os decididos pelo Ministro Presidente que posteriormente foram redistribuídos, sem decisão, aos demais ministros.

Movimentação Processual - janeiro a dezembro de 2025

Relatorias e Relatores	Distribuição				Decisões							Publicações		Processos Baixados / Arquivados
	Atribuídos (A)	Distribuídos (B)	Redistribuídos (C)	Total (A+B+C)	Terminativas			Não Terminativas		Total	Acórdãos	Decisões monocráticas terminativas		
					Processo Principal	Recursos Internos		Liminares	Interlocutórias					
						AqInt	AqRq						EDcl	
Presidente do STJ		228.891		228.891	201.430	155	11	8.201	9.634	195.934	415.365	106	209.747	135.682
Vice-Presidente do STJ		16.706		16.706	21	2.900	3.209	2.343	9	3.409	11.891	8.210	262	15.935
Francisco Falcão		5.960	1.780	7.740	6.804	4.145	36	1.797	71	250	13.103	6.575	6.200	8.059
Nancy Andriqhi		9.007	3.284	12.291	10.672	6.492	42	1.934	198	509	19.847	8.756	10.346	12.568
João Otávio de Noronha	14	8.911	3.371	12.296	10.597	5.348	31	1.516	178	1.918	19.588	7.581	9.881	11.820
Humberto Martins	15	8.749	3.236	12.000	13.771	5.829	34	1.814	174	597	22.219	8.301	13.145	12.480
Maria Thereza de Assis Moura	139	5.890	1.842	7.871	5.831	3.526	34	1.049	54	658	11.152	4.430	6.003	6.038
Herman Benjamin (1)					5						5	31		15
Oq Fernandes	3	14.259	1.849	16.111	13.478	132	4.966	822	1.470	206	21.074	5.492	13.848	14.863
Luis Felipe Salomão (2)		48	124	172	99	70	16	45		21	251	129	104	62
Mauro Campbell Marques (3)		57	3	60	62	22	7	30		64	185	65	30	52
Benedito Gonçalves		5.932	1.769	7.701	8.610	5.040	26	1.865	38	625	16.204	5.628	9.902	9.309
Raul Araújo		8.859	3.303	12.162	9.022	4.287	12	1.543	136	1.160	16.160	8.142	7.216	11.028
Isabel Gallotti		8.818	3.275	12.093	9.061	4.935	29	1.518	111	506	16.160	5.826	9.707	9.534
Antonio Carlos Ferreira		8.801	3.287	12.088	9.041	5.507	17	1.495	224	1.246	17.530	6.531	9.529	10.053
Villas Bôas Cueva		8.596	3.239	11.835	9.764	5.008	28	2.160	159	243	17.362	13.075	3.875	12.671
Sebastião Reis Júnior		14.275	1.929	16.204	18.839	140	6.329	1.438	1.624	521	28.891	9.081	17.637	17.979
Marco Buzzi		8.759	2.995	11.754	10.318	6.277		1.891	157	808	19.451	6.695	11.789	11.679
Marco Aurélio Bellizze	226	5.927	1.646	7.799	7.321	3.123	1	951	82	346	11.824	3.297	8.098	6.163
Sérgio Kukina		5.976	1.665	7.641	9.087	4.445		1.660	60	275	15.527	4.879	10.314	8.904
Moura Ribeiro		8.785	3.146	11.931	8.100	5.041	1	2.042	151	830	16.165	13.112	2.066	11.459
Regina Helena Costa		5.376	1.605	6.981	9.303	4.717	2	1.423	46	149	15.640	4.621	10.826	7.421
Rogério Schiatti Cruz		14.196	1.763	15.959	16.759	175	5.898	1.301	2.065	207	26.405	6.103	18.024	16.164
Gurqel de Faria	11	5.912	1.709	7.632	7.597	4.147	1	1.237	41	182	13.205	4.537	8.610	8.269
Reynaldo Soares da Fonseca		14.078	1.797	15.875	14.382	96	6.199	1.241	1.240	267	23.425	7.260	14.663	14.852
Ribeiro Dantas		14.144	1.747	15.891	14.376	76	5.861	1.259	2.300	226	24.098	6.691	15.180	14.555
Antonio Saldanha Palheiro		13.922	1.733	15.655	21.442	107	8.833	2.344	1.210	349	34.285	10.081	22.625	20.808
Joel Ilan Paciornik		14.123	1.844	15.967	17.719	31	7.163	1.433	4.331	413	31.090	7.586	18.764	17.564
Messod Azulay Neto		14.138	1.727	15.865	20.447	63	7.062	1.248	2.819	249	31.888	7.771	21.095	19.707
Paulo Sérgio Dominques	34	5.791	1.749	7.574	8.646	5.005	5	1.491	58	273	15.478	4.890	10.258	9.650
Teodoro Silva Santos	144	5.860	1.711	7.715	8.962	4.818	6	1.516	60	445	15.807	5.747	9.560	9.245
Afrânio Vilela	33	5.767	1.759	7.559	12.545	4.899	4	1.587	80	286	19.401	5.077	13.951	10.403
Daniela Teixeira (4)	8.637	9.475	3.142	21.254	12.074	3.623	1.287	1.879	126	349	19.338	13.971	5.064	15.874
Maria Marluce Caldas (5)	5.579	4.727	679	10.985	3.940	7	946	386	1.729	73	7.081	1.231	4.047	4.005
Carlos Pires Brandão (6)	5.829	4.676	726	11.231	5.627	19	1.554	285	498	94	8.077	1.743	5.738	4.955
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes (7)		848		848	51	1				451	503		52	22
Presidente da 1ª Seção		139		139	546	24		18	19	469	1.076		588	168
Presidente da 2ª Seção		17		17	12			2		13	27	1	13	10
Presidente da 3ª Seção		232		232	359	12		38	5	905	1.319	8	401	135
Presidente da 1ª Turma					1			1			2		2	
Presidente da 2ª Turma										2	2			
Presidente da 3ª Turma										1	1			
Presidente da 4ª Turma		1		1										
Aposentadas e Aposentados	7.309	17.713	2.179	27.201	21.142	584	7.206	1.440	4.966	448	35.786	8.590	21.778	20.623
Total	27.973	534.341	67.613	629.927	557.863	100.826	66.856	56.243	36.123	215.977	1.033.888	221.850	560.938	520.783

Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Processamento de Feitos; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Gabinetes de Ministras e Ministros; ARP e STI (B).

(1) Presidente do STJ. (2) Vice-Presidente do STJ. Corregedor-Geral da Justiça Federal. (3) Corregedor Nacional de Justiça. (4) Ministra transferida da 3ª Seção, 5ª Turma para 2ª Seção 3ª Turma conforme PRT nº de 8/01/2025. (5) Ministra empossada em 4/9/2025 para compor a 3ª Seção e 5ª Turma. (6) Ministro empossado em 4/9/2025 para compor a 3ª Seção e 6ª Turma. (7) Estão computados os processos registrados e decisões proferidas pelo Ministro Rogério Schiatti Cruz conforme Portaria STJ/GP Nº 59 de 5/2/2024.

2. Processos recebidos

Após o crescimento de 5,14% (23.734 processos) observado em 2024, o volume de processos recebidos manteve a trajetória de alta em 2025, com novo aumento de 4,70% (22.831 processos). Esse movimento consolida uma tendência ascendente iniciada em 2021, período no qual o total de processos recebidos acumulou expansão de 47,68% (164.172 processos) até o presente ano (figura 1).

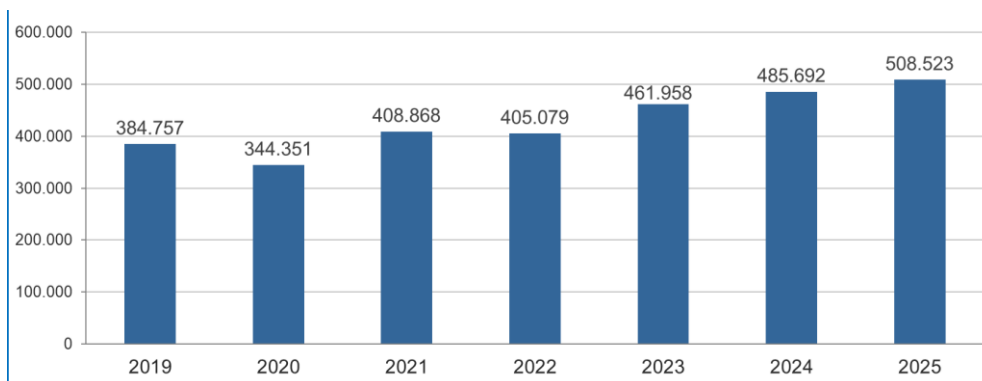


Figura 1. Série histórica dos processos recebidos pelo STJ.

Do total de recebidos, 345.377 (67,92%) foram oriundos dos tribunais de justiça, sendo 94.748 (18,63%) do TJSP, o tribunal de justiça com maior demanda, seguido pelo TJRS 31.903 (6,27%) e pelo TJMG 28.797 (5,66%) (figura 2). Outros 114.609 (22,54%) são oriundos do próprio STJ; 45.860 (9,02%) são dos tribunais regionais federais e o restante da justiça especializada 473 (0,09%).

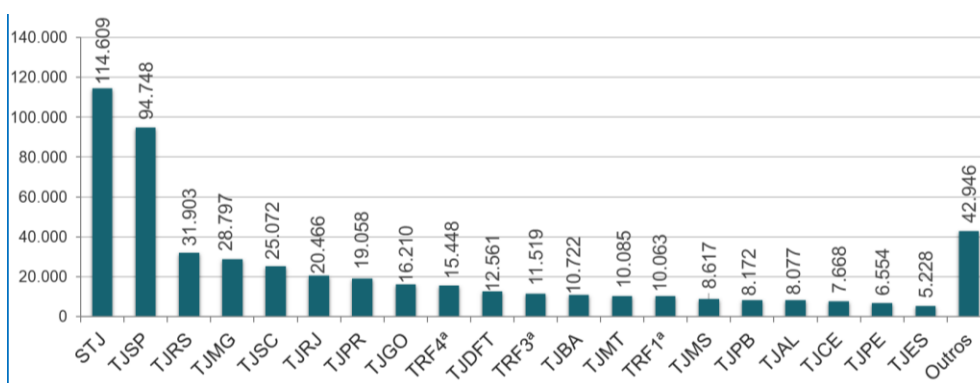


Figura 2. Processos recebidos por tribunais de origem em 2025.

A análise da série histórica por tribunal de origem evidencia a manutenção do crescimento dos processos provenientes dos Tribunais de Justiça, que registraram aumento de 9,42% (29.721 processos), acelerando em relação à alta de 3,58% (10.908 processos) observada no ano anterior. Os processos originários do STJ também apresentaram crescimento, com elevação de 2,76% (3.079 processos), configurando o terceiro ano consecutivo de expansão após um período de relativa estabilidade entre 2020 e 2022. Em contraste, os processos oriundos dos Tribunais Regionais Federais sofreram retração expressiva, com queda de 15,02% (11.527 processos), alcançando o menor volume da série histórica (figura 3).

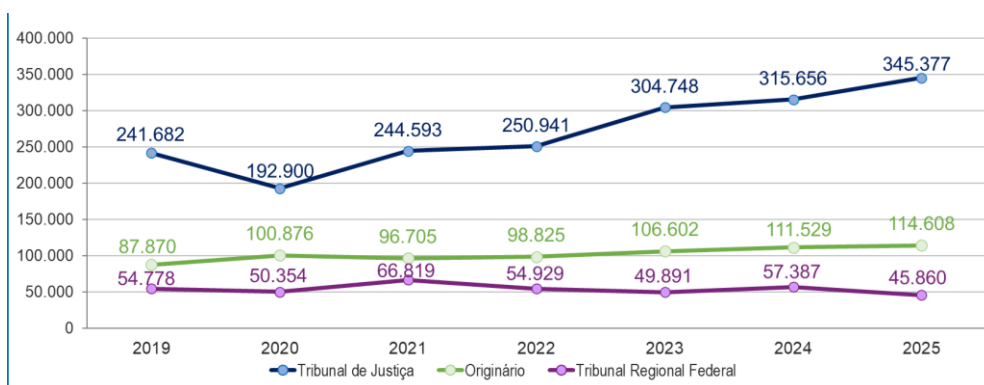


Figura 3. Série histórica dos processos recebidos pelo STJ por origem.

As principais classes de feito recebidas pelo STJ foram o AREsp (recurso que se interpõe contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido) 316.153 (62,17%), seguida pelo Habeas Corpus 92.230 (18,14%) e pelo REsp (recurso cabível das causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios) 53.751 (10,57%) (figura 4a). Em 2025, os AREsp mantiveram a trajetória de crescimento, registrando alta expressiva de 10,28% (29.472 processos), configurando o terceiro ano consecutivo de avanço relevante após um período de relativa estagnação entre 2019 e 2022. Os Habeas Corpus apresentaram comportamento estável no ano, com crescimento marginal de 1,13% (1.031 processos), indicando acomodação após dois anos consecutivos de elevação mais intensa, em 2023 e 2024. Por sua vez, os REsp registraram retração acentuada, com queda de 19,39% (12.933 processos), revertendo o padrão de estabilidade observado entre 2019 e 2024 (figura 4b).

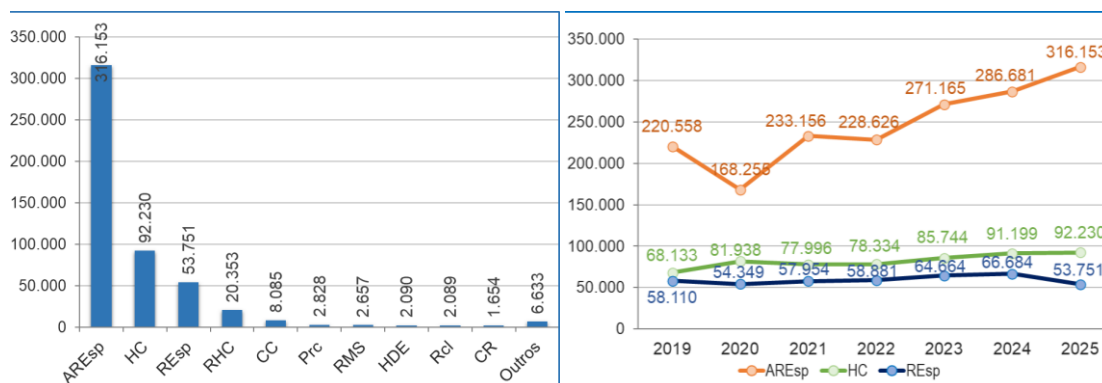


Figura 4(a). À esquerda processos recebidos por classe em 2025. Figura 4(b). À direita série histórica dos processos recebidos pelo STJ por principais classes.

A análise da série histórica de processos recebidos por ramo do direito evidencia a manutenção da trajetória de crescimento dos ramos civil e penal, que seguem concentrando a maior parte da demanda. Em 2025, o ramo civil registrou aumento de 9,72% (18.078 processos), acelerando em relação à alta de 7,38% observada em 2024 e consolidando-se como o ramo com maior volume de processos distribuídos. O ramo penal também apresentou comportamento semelhante, com elevação de 7,86% (13.875 processos) em 2025, mantendo a tendência de expansão iniciada em 2019 com média de crescimento composto de 7,95% ao ano. Em sentido distinto, o ramo administrativo apresentou leve retração de 1,99% (1.193 processos), confirmando um padrão de oscilação moderada e relativa estabilidade observado ao longo dos últimos anos, sem mudanças significativas de patamar. O ramo tributário registrou queda mais acentuada, com redução de 10,06% (3.802 processos), após dois anos consecutivos de crescimento em 2023 e 2024, indicando reversão parcial da trajetória recente de alta. Por fim, o ramo previdenciário apresentou forte retração em 2025, com queda de 26,03% (4.307 processos), aprofundando a tendência de redução observada nos últimos anos. Em relação ao pico registrado em 2021, o volume de processos previdenciários

acumulou diminuição superior a 50%, evidenciando perda significativa de participação no total de recebidos (figura 7).

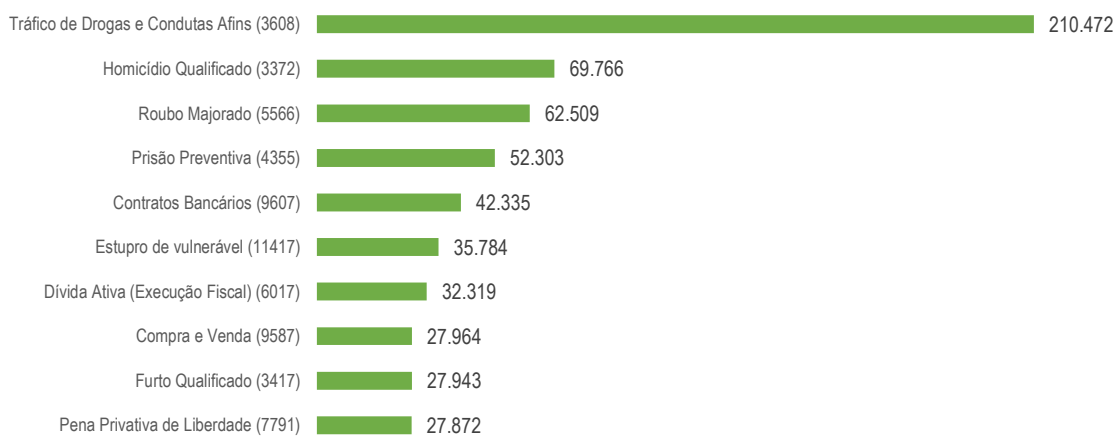


Figura 5. Série histórica dos processos recebidos por principais ramos de direito.

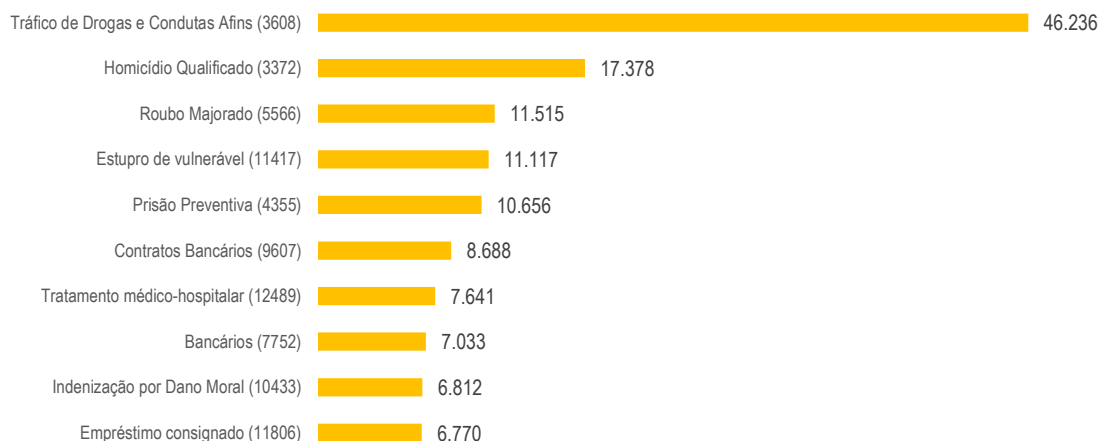
A demanda submetida ao Superior Tribunal de Justiça apresenta perfil diversificado, envolvendo tanto pessoas físicas quanto entes públicos e privados, oriundos de todas as regiões do país. Em 2025, observou-se concentração relevante de processos em determinados ramos do Direito, bem como a recorrência de alguns litigantes institucionais, notadamente órgãos do sistema de Justiça e entidades da administração pública, além de instituições privadas com atuação nacional. A caracterização dos principais assuntos e litigantes, sob diferentes perspectivas — incluindo volume total de processos, posição processual e natureza das partes — encontra-se detalhada nos gráficos a seguir.

Assuntos mais demandados - 2025

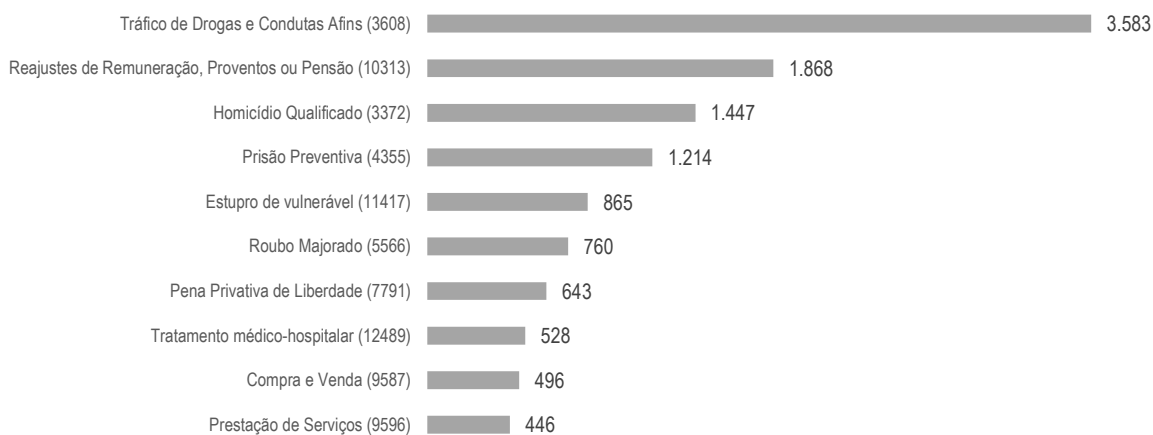
Últimos 5 anos



Janeiro a dezembro



Dezembro



Fontes: Secretaria Judiciária, STI (Power BI).

Nota: Principais assuntos dentre os processos recebidos nos respectivos períodos.

Maiores Litigantes - 2025

Maiores demandantes (autor ou autora) - Últimos 5 anos



Maiores demandantes (autor ou autora) - Janeiro a Dezembro



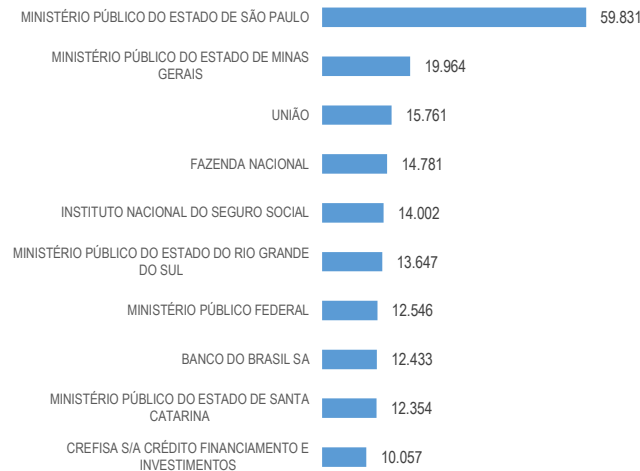
Maiores demandantes (autor ou autora) - Dezembro



Partes mais frequentes - Últimos 5 anos



Partes mais frequentes - Janeiro Dezembro



Partes mais frequentes - Dezembro



3. Processos distribuídos e registrados

Em 2025 foram distribuídos e registrados no STJ 534.341 processos. Destes, 53,81% (287.507) foram distribuídos às ministras e ministros e 46,19% (246.834) foram registrados à Presidência do STJ e às Presidências dos órgãos julgadores do Tribunal. A série histórica dos processos distribuídos e registrados mostra alta de 3,51% (18.142) em 2025 mantendo tendência de crescimento observada desde 2021 (figura 6).

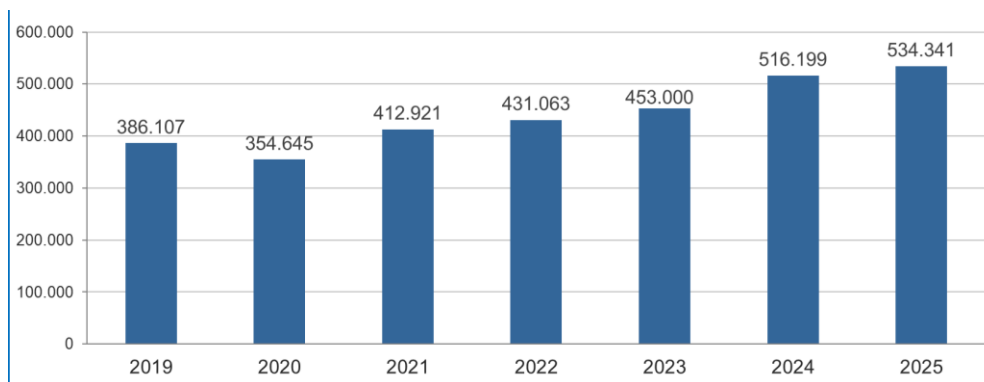


Figura 6. Série histórica dos processos distribuídos.

As principais classes de feito distribuídas foram o AREsp 329.751 (61,71%), seguido pelo HC 95.965 (17,96%), e pelo REsp 57.084 (10,68%). Foram distribuídos 75.479 (14,13%) processos aos órgãos julgadores da primeira seção, 157.817 (29,53%) processos aos órgãos julgadores da segunda seção e 58.192 (10,89%) processos aos órgãos julgadores da terceira seção, responsáveis por julgar feitos relativos ao Direito público, privado e penal respectivamente. Também foram distribuídos 8.324 (1,56%) processos à Corte Especial e 28.298 (5,30%) processos não tiveram o seu órgão julgador informado (NI).

Os principais estados de origem da distribuição dos processos foram São Paulo 157,141 (29,41%), Rio Grande do Sul 51,548 (9,65%) e Minas Gerais 41,693 (7,80%). O gráfico abaixo (figura 7) resume a distribuição dos processos por UF de origem, e as tabelas seguintes resumem a distribuição de processos por ministras e ministros.

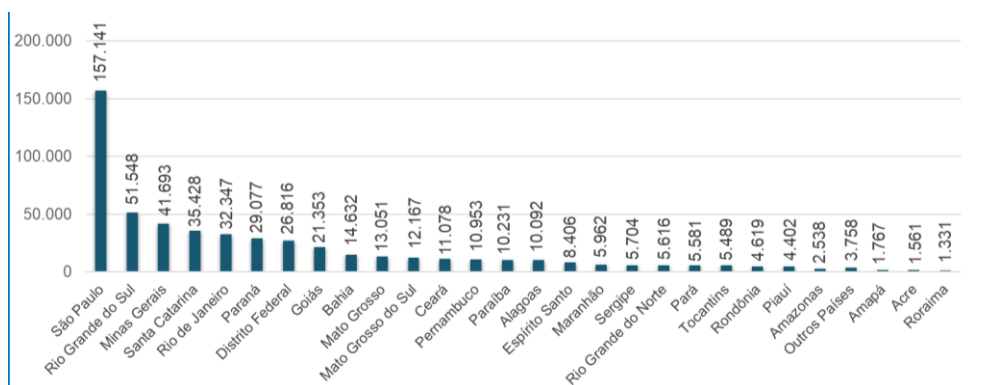


Figura 7. Processos distribuídos por UF em 2025.

Processos distribuídos e registrados - janeiro a dezembro de 2025

Por órgãos julgadores

Relatorias e Relatores	Distribuídos e Registrados											
	Registrados	Corte Especial	1ª Seção	2ª Seção	3ª Seção	1ª Turma	2ª Turma	3ª Turma	4ª Turma	5ª Turma	6ª Turma	Total
Presidente do STJ	221.458	7.433										228.891
Vice-Presidente do STJ	16.706											16.706
Francisco Falcão		62	548				5.350					5.960
Nancy Andrichi		69		496				8.442				9.007
João Otávio de Noronha		66		548					8.297			8.911
Humberto Martins		41		496				8.212				8.749
Maria Thereza de Assis Moura		53	560				5.277					5.890
Herman Benjamin (1)												
Og Fernandes		97			315						13.847	14.259
Luis Felipe Salomão (2)		48										48
Mauro Campbell Marques (3)		57										57
Benedito Gonçalves		63	542			5.327						5.932
Raul Araújo		53		472					8.334			8.859
Isabel Gallotti		90		436					8.292			8.818
Antonio Carlos Ferreira		61		514					8.226			8.801
Villas Bôas Cueva		60		252				8.284				8.596
Sebastião Reis Júnior		71			341						13.863	14.275
Marco Buzzi				410					8.349			8.759
Marco Aurélio Bellizze			558				5.369					5.927
Sérgio Kukina			594			5.382						5.976
Moura Ribeiro				503				8.282				8.785
Regina Helena Costa			31			5.345						5.376
Rogério Schiatti Cruz					347						13.849	14.196
Gurgel de Faria			548			5.364						5.912
Reynaldo Soares da Fonseca					326					13.752		14.078
Ribeiro Dantas					313					13.831		14.144
Antonio Saldanha Palheiro					89						13.833	13.922
Joel Ilan Paciornik					317					13.806		14.123
Messod Azulay Neto					327					13.811		14.138
Paulo Sérgio Domingues			527			5.264						5.791
Teodoro Silva Santos			559				5.301					5.860
Afrânio Vilela			565				5.202					5.767
Daniela Teixeira (4)				389	39			7.016		2.031		9.475
Maria Marluce Caldas (5)					110					4.617		4.727
Carlos Pires Brandão (6)					113						4.563	4.676
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes (7)	848											848
Presidente da 1ª Seção			139									139
Presidente da 2ª Seção				17								17
Presidente da 3ª Seção					232							232
Presidente da 4ª Turma									1			1
Aposentadas e Aposentados				64	309			1.242		6.987	9.111	17.713
Total	239.012	8.324	5.171	4.597	3.178	26.682	26.499	41.478	41.499	68.835	69.066	534.341

Fontes: Secretaria Judiciária e STI (BI).

Nos processos de Presidente do STJ no ARP estão computados também os feitos processados pela Coordenadoria de Processamento e Apoio a Julgamento da Corte Especial. Nos processos registrados a Presidente do STJ não estão incluídos os Ag/RE, Ag/RMS e Ag/RHC.

(1) Presidente do STJ. (2) Vice-Presidente do STJ. Corregedor-Geral da Justiça Federal. (3) Corregedor Nacional de Justiça. (4) Ministra transferida da 3ª Seção, 5ª Turma para 2ª Seção 3ª Turma conforme PRT nº de 8/01/2025. (5) Ministra empossada em 4/9/2025 para compor a 3ª Seção e 5ª Turma. (6) Ministro empossado em 4/9/2025 para compor a 3ª Seção e 6ª Turma. (7) Estão computados os processos registrados e decisões proferidas pelo Ministro Rogério Schiatti Cruz conforme Portaria STJ/GP Nº 59 de 5/2/2024

4. Processos Julgados

Em 2025, foram proferidas no Superior Tribunal de Justiça 781.788 decisões, das quais 223.925 (28,64%) corresponderam a julgamentos de recursos internos, compreendendo Agravos Regimentais (AgRg), Agravos Internos (AgInt) e Embargos de Declaração (EDcl). Esse volume representa crescimento de 11,93% (83.344 decisões) em relação a 2024, consolidando a tendência de expansão observada desde 2021, com crescimento médio anual próximo de 9% no período. O avanço do total de decisões reflete tanto o aumento no julgamento de processos principais, que registraram alta de 9,65% (49.110 decisões) em comparação ao ano anterior, quanto, de forma mais acentuada, a intensificação dos julgamentos de recursos internos, que apresentaram expressivo crescimento de 18,05% (34.234 decisões). Esse comportamento reforça o papel crescente dos recursos internos na dinâmica decisória do Tribunal (figura 8). Do total de julgados, 221.172 (28,29%) foram decididos em sessão e 560.616 (71,71%) monocraticamente.

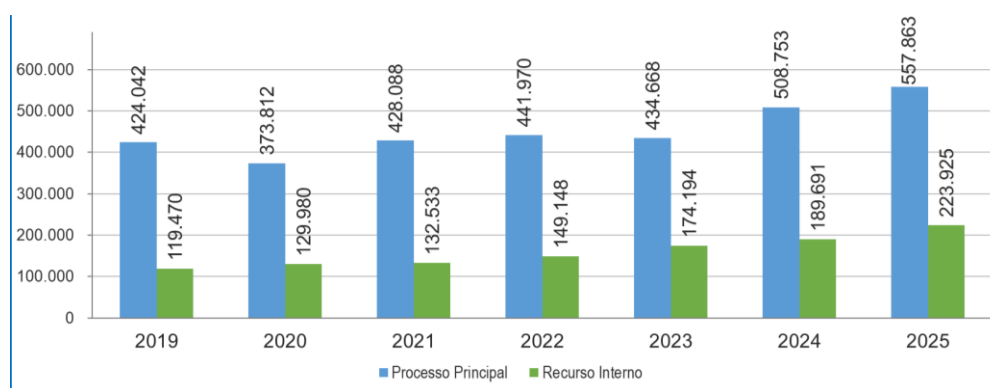


Figura 8. Série histórica das decisões terminativas no Tribunal e decisões em recursos internos (AgInt, AgRg e EDcl).

O número de julgados em processos principais (557.863) foi maior do que o total de distribuídos e registrados (534.341) em 4,40% ou 23.522 decisões (figura 9a). As principais classes de feito julgadas foram o AREsp 330.813 (59,30%), seguido pelo HC 101.660 (18,22%), e pelo REsp 75.514 (13,54%) (figura 9b).

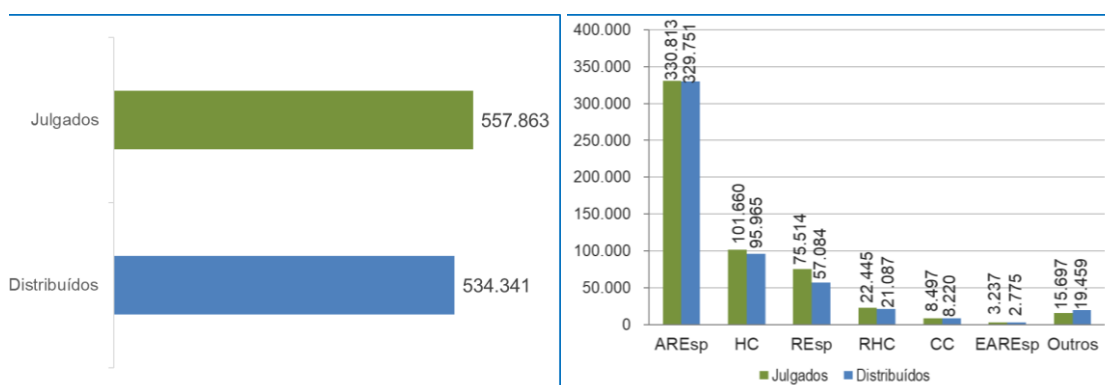


Figura 9(a). À esquerda decisões terminativas e distribuídos em 2025. Figura 9(b). À direita. Decisões terminativas e distribuídos por classe em 2025.

A série histórica das principais classes de decisões terminativas evidencia novo avanço no julgamento dos AREsp em 2025, com alta de 12,80% (37.548 decisões), dando continuidade ao expressivo crescimento observado em 2024 (22,47%). Esse desempenho consolida a retomada do ritmo de expansão após um período de relativa estabilidade entre 2019 e 2023. As decisões em Habeas Corpus (HC) apresentaram comportamento próximo à estabilidade em 2025, com leve retração de 2,15% (2.229 decisões), após o forte crescimento registrado no ano anterior (30,99%). O movimento sugere acomodação do volume de julgamentos dessa classe em patamar mais elevado. Por sua vez, os REsp registraram recuperação em 2025,

com aumento de 11,00% (7.485 decisões), revertendo a queda de 9,37% observada em 2024. Com isso, o volume de julgamentos retorna aos patamares observados no período entre 2020 e 2023 (figura 10). Juntas, essas três classes correspondem a 91,06% (507.987) do total de processos julgados.

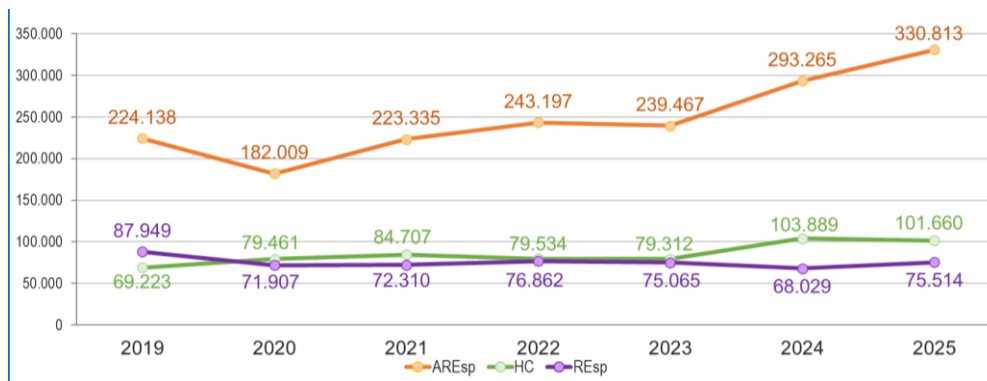


Figura 10. Série histórica dos julgados por principais classes processuais.

Analisando a série histórica dos julgados em processos principais de acordo com os principais ramos de direito, o ramo civil registrou crescimento de 12,50% (23.166), configurando o segundo ano consecutivo de expansão após a leve retração observada em 2023 e retomando trajetória de alta no médio prazo. O ramo penal apresentou desempenho ainda mais expressivo, com aumento de 15,71% (30.207), dando continuidade à forte elevação registrada em 2024 (26,38%). Esse comportamento indica retomada da aceleração da tendência de crescimento após um período de relativa estabilidade entre 2021 e 2023. O ramo administrativo manteve-se praticamente estável, com variação positiva marginal de 0,36% (232), confirmando um padrão de baixa volatilidade ao longo dos últimos anos. Dinâmica semelhante é observada no ramo tributário, que apresentou leve retração de 2,54% (1.038), permanecendo em trajetória de oscilações moderadas, sem alterações relevantes de patamar. Por fim, o ramo previdenciário registrou queda acentuada em 2025, com redução de 25,59% (4.617 julgados), aprofundando a tendência de retração observada desde 2023 e chegando a volume próximo à metade do registrado até 2022 (figura 11).



Figura 11. Série histórica das decisões terminativas por ramo de direito.

O STJ é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. As principais classes de feitos enviadas ao STJ contestando decisões proferidas em instâncias inferiores são o REsp e o AREsp, que somados compõem 72,84% (406.327) das decisões julgadas em processos principais no ano. Analisando os gráficos abaixo, 8,07% (32.772) dos REsp e AREsp julgados pelo STJ em 2025 foram concedidos, 67,49% (274.225) não foram conhecidos, 18,36% (74.585) foram negados e 6,09% (24.745) tiveram outros teores (figura 12a). No gráfico à direita, apenas 3,67% (6.154) dos recursos em AgInt e AgRg foram concedidos, indicando uma baixa taxa de reforma das decisões internas (figura 12b).

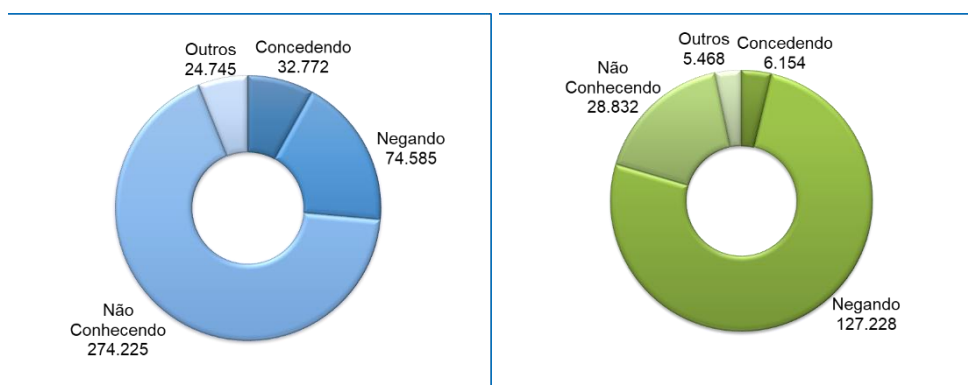


Figura 12(a). À esquerda teor das decisões em processos principais. Figura 12(b) À direita teor das decisões em recursos internos (AgRg, AgInt).

O tempo médio decorrido entre a distribuição do processo e a prolação da primeira decisão terminativa (excluídas as decisões em recursos internos) alcançou 141,26 dias em 2025, representando aumento de 10,83% (13,80 dias) em relação a 2024. Trata-se do segundo ano consecutivo de elevação, após o acréscimo de 9,28% (10,82 dias) observado em 2024, interrompendo a trajetória de reduções sucessivas registrada entre 2019 e 2023. Cumpre destacar, contudo, que o aumento verificado em 2025 pode estar associado, em parte, ao julgamento de processos mais antigos, não refletindo necessariamente uma ampliação do tempo médio de tramitação dos processos recentemente distribuídos. (figura 13).

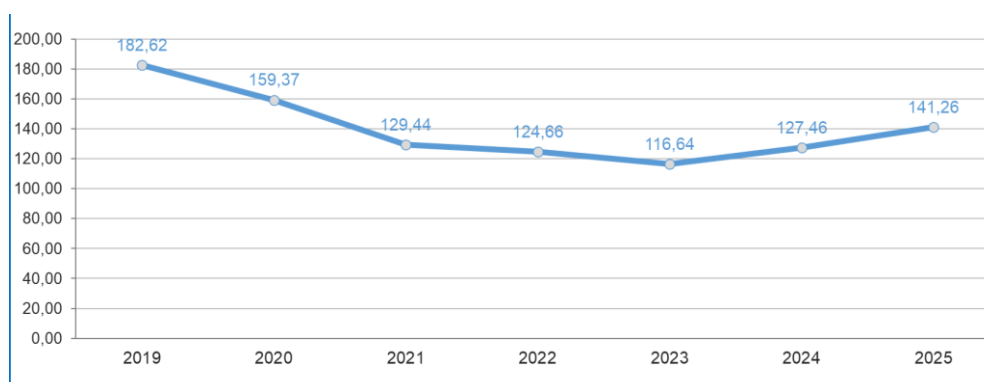


Figura 13. Série histórica do tempo médio da distribuição até a primeira decisão terminativa (excluídos recursos em AgRg, EDcl e AgInt).

As tabelas e gráficos abaixo mostram em detalhe o julgamento dos processos por ministros, seções e turmas.

Decisões colegiadas e monocráticas terminativas - janeiro a dezembro de 2025

Por órgãos julgadores

Relatoras e Relatores	Decisões colegiadas											Decisões monocráticas (B)	Subtotal (C=A+B)	Liminares (D)	Decisões interlocutórias (E)	Total geral (C+D+E)
	Corte Especial	1ª Seção	2ª Seção	3ª Seção	1ª Turma	2ª Turma	3ª Turma	4ª Turma	5ª Turma	6ª Turma	Total (A)					
Presidente do STJ	103						2				105	209.692	209.797	9.634	195.934	415.365
Vice-Presidente do STJ	8.186				1		1	2	17	3	8.210	263	8.473	9	3.409	11.891
Francisco Falcão	122	166				6.273					6.561	6.221	12.782	71	250	13.103
Nancy Andrighi	162		170				8.409				8.741	10.399	19.140	198	509	19.847
João Otávio de Noronha	214		216					7.167			7.597	9.895	17.492	178	1.918	19.588
Humberto Martins	173		219				7.909				8.301	13.147	21.448	174	597	22.219
Maria Thereza de Assis Moura	155	242				4.035					4.432	6.008	10.440	54	658	11.152
Herman Benjamin (1)	1	2				2					5		5			5
Og Fernandes	164			141						5.198	5.503	13.895	19.398	1.470	206	21.074
Luis Felipe Salomão (2)	124							2			126	104	230		21	251
Mauro Campbell Marques (3)	57					3					60	61	121		64	185
Benedito Gonçalves	124	181			5.320						5.625	9.916	15.541	38	625	16.204
Raul Araújo	141		76					7.897			8.114	6.750	14.864	136	1.160	16.160
Isabel Gallotti	77		138					5.614			5.829	9.714	15.543	111	506	16.160
Antonio Carlos Ferreira	89		111					6.333			6.533	9.527	16.060	224	1.246	17.530
Villas Bóas Cueva	109		58				12.907				13.074	3.886	16.960	159	243	17.362
Sebastião Reis Júnior	138			115						8.824	9.077	17.669	26.746	1.624	521	28.891
Marco Buzzi			190					6.507			6.697	11.789	18.486	157	808	19.451
Marco Aurélio Bellizze		84				3.213	1				3.298	8.098	11.396	82	346	11.824
Sérgio Kukina		164			4.714						4.878	10.314	15.192	60	275	15.527
Moura Ribeiro	1		192				12.925				13.118	2.066	15.184	151	830	16.165
Regina Helena Costa		184			4.435						4.619	10.826	15.445	46	149	15.640
Rogério Schiatti Cruz				112						5.997	6.109	18.024	24.133	2.065	207	26.405
Gurgel de Faria		173			4.200						4.373	8.609	12.982	41	182	13.205
Reynaldo Soares da Fonseca				109					7.146		7.255	14.663	21.918	1.240	267	23.425
Ribeiro Dantas				57					6.376		6.433	15.139	21.572	2.300	226	24.098
Antonio Saldanha Palheiro				93						10.008	10.101	22.625	32.726	1.210	349	34.285
Joel Ilan Paciornik				128					7.454		7.582	18.764	26.346	4.331	413	31.090
Messod Azulay Neto				82					7.642		7.724	21.096	28.820	2.819	249	31.888
Paulo Sérgio Domingues		222			4.668						4.890	10.257	15.147	58	273	15.478
Teodoro Silva Santos		260				5.481					5.741	9.561	15.302	60	445	15.807
Afrânio Vilela		206				4.877					5.083	13.952	19.035	80	286	19.401
Daniela Teixeira (4)			322	30			11.083		2.363		13.798	5.065	18.863	126	349	19.338
Maria Marluce Caldas (5)				26					1.206		1.232	4.047	5.279	1.729	73	7.081
Carlos Pires Brandão (6)				10						1.737	1.747	5.738	7.485	498	94	8.077
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes (7)												52	52		451	503
Presidente da 1ª Seção												588	588	19	469	1.076
Presidente da 2ª Seção			1								1	13	14		13	27
Presidente da 3ª Seção				8							8	401	409	5	905	1.319
Presidente da 1ª Turma												2	2			2
Presidente da 2ª Turma															1	1
Presidente da 3ª Turma															1	1
Presidente da 6ª Turma															1	1
Aposentadas e Aposentados			8	83			593		3.398	4.510	8.592	21.780	30.372	4.966	448	35.786
Total	10.140	1.884	1.701	994	23.338	23.884	53.830	33.522	35.602	36.277	221.172	560.616	781.788	36.123	215.978	1.033.889

Fontes: Secretaria de Processamento de Feitos; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; ARP e STI (BI).

Nota: Nos processos julgados estão incluídos 100.826 AgInt, 66.856 AgRg e 56.243 EDol, totalizando 223.925 feitos no ano. Nos processos da Presidência do STJ estão incluídos os feitos de sua competência e as decisões decorrentes do disposto no art. 21, XIII, letra "c" do RISTJ.

(1) Presidente do STJ. (2) Vice-Presidente do STJ. Corregedor-Geral da Justiça Federal. (3) Corregedor Nacional de Justiça. (4) Ministra transferida da 3ª Seção, 5ª Turma para 2ª Seção 3ª Turma conforme PRT nº de 8/01/2025. (5) Ministra empossada em 4/9/2025 para compor a 3ª Seção e 5ª Turma. (6) Ministro empossado em 4/9/2025 para compor a 3ª Seção e 6ª Turma. (7) Estão computados os processos registrados e decisões proferidas pelo Ministro Rogério Schiatti Cruz conforme Portaria STJ/GP Nº 59 de 5/2/2024.

Decisões e despachos proferidos por presidente e vice-presidente por classes de feitos - 2025

Presidente do STJ

Classes de feitos	Ag	AgInt	AgRg	APn	AR	ARE	AREsp	CC	CR	EAREsp	EDcl	EREsp	Exl mp	ExS usp	Exe AR	Exe Ms	Exe Sec	HC	HD	HDE	IF	Inq	MI	MI SO C	MS	Pet	Prc	PUIL	QC	Rcl	RE	REsp	RHC	RMS	RO	RPV	RvCr	Sd	SE	SEC	SLS	SS	TP	TutAnt	TutCaut Ant	Total
Janeiro	4	1.293	777		11		20.039	99	390	181	393	40		1			1	5.155	11	169				3	74	35		3	66		688	783	52			20			8	6		13	23	30.338		
Fevereiro	9	2.745	1.461		13		25.744	45	391	123	630	33		3				1.339		742					61	33	620		82		482		56	1	143	11		11	1	12	9		8	10	34.818	
Março	9	3.490	1.095		12		25.093	29	655	140	753	34		4			1	1.308		619					78	25	780		78		674		60		148	10		3	15	6	1	10	15	35.145		
Abril	18	3.071	1.432		17	1	21.420	47	442	194	666	51		5		1	1	1.339		474	1		1		79	50	211		104	1	555		62		226	18		4	1	13		11	5	30.521		
Mai	5	3.103	1.525		16		28.469	38	584	208	649	77					1	1.398		701					59	32	130		141		667		61		357	9		7	16	3		8	13	38.277		
Junho	8	3.872	1.420		20	1	27.761	46	566	271	757	67						1.316		727					68	45	111		121	4	519		63		173	11		1	17	9		10	9	37.993		
Julho	9	3.279	1.121		26		27.214	166	355	211	693	59		2		1		6.535	3	104		2		2	113	43	9	8	214	1	518	1.223	93		90	18	1	1	19	9		25	35	42.202		
Agosto	4	3.068	1.402		20		24.337	44	569	95	601	24		4			1	1.327		938					58	29	134	1	118	1	400		81		106	10		4	15	6		21	19	33.437		
Setembro	8	7.948	1.624		13	1	26.913	50	488	155	1.096	35	1	4			1	1.748		787					82	37	131		150	1	644		87		133	9		8	17	9		11	24	42.215		
Outubro	10	4.811	1.965		16		29.967	27	604	261	779	73	2	4	1	1	1	2.322		615				1	63	48	157		153		623		116		53	8		2	25	6		16	28	42.758		
Novembro	1	4.156	1.653		19	4	24.626	36	323	202	832	66	1	4			1	2.011		753					43	34	292		140	1	308		51		589	10		4	11	4		11	24	36.210		
Dezembro	10	3.174	1.269		22		18.700	32	519	304	698	69		13				3.257		653					65	58	502		153	2	351	225	149		167	9		3	29	11		25	33	30.502		
Total	95	44.010	16.744		205	7	300.283	659	5.886	2.345	8.547	628	4	44	1	4	7	29.055	14	7.282	1	2	5	2	843	469	3.077	12	1.520	11	6.429	2.231	931	1	2.185	143	1	48	2	197	78	1	169	238	434.416	

Nota: No total estão computadas: 4.845 decisões e despachos do Ministro Luis Felipe Salomão proferidos no exercício da Presidência.

Vice-Presidente do STJ

Classes de feitos	Ag	AgInt	AgRg	APn	AR	ARE	AREsp	CC	CR	EAREsp	EDcl	EREsp	Exl mp	ExS usp	Exe AR	Exe Ms	Exe Sec	HC	HD	HDE	IF	Inq	MI	MI SO C	MS	Pet	Prc	PUIL	QC	Rcl	RE	REsp	RHC	RMS	RO	RPV	RvCr	Sd	SE	SEC	SLS	SS	TP	TutAnt	TutCaut Ant	Total			
Janeiro		6	14			70	45	1		3	59	3				1		7								2					507	12	1		148													879	
Fevereiro		306	216	1		90	16	1			140	5						3							1						578	6	2	2	195												1	1.563	
Março		269	295			94	58			11	177	4						8									1	1	1.747	9	2	4	395															3.075	
Abril		346	289			99	67	4		4	186	3						4								1			2	2708	6		2	150													3.871		
Mai		320	439			224	66	1		15	246	2						18										2	1.294	10	3	2	420								1						3.063		
Junho		299	254			168	71			12	196	3						8										1	9	1591	18		2	234														2.866	
Julho		22	20			129	34	1		2	19							2												1	558	11	2	169														972	
Agosto		397	502	1	2	167	61			11	412	7						8							1				3	1.429	18	4	1	234													3.258		
Setembro		421	517			220	81			9	282	3						8								1			4	1.318	17	2	5	486														3.374	
Outubro		378	376	1		200	67	1		9	297	3						13										1	1.877	23	1	5	260															3.512	
Novembro		345	447	3		190	59	1		15	391	4						8		2						1			1.533	19	3	43	254								1							3.319	
Dezembro		173	278			168	47	3		3	198	4						8											2.390	23		34	246																3.575
Total		3.282	3.647	6	2	1.819	672	13		94	2.603	41				1		95		2					2	7		1	1	23	17.530	172	20	100	3.191						2				1	33.327			

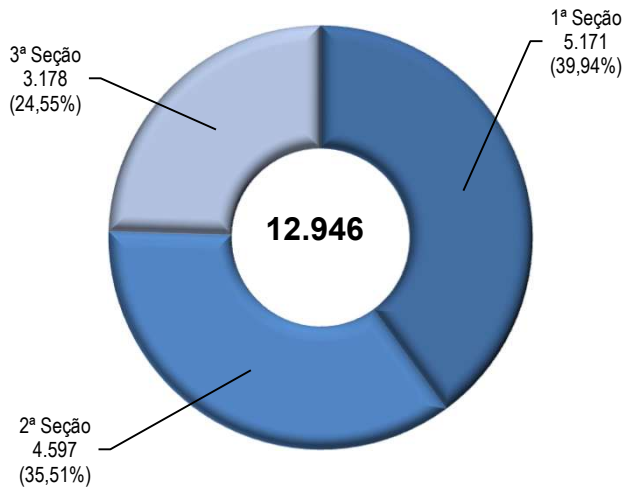
Fontes: Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado, Gabinetes da Presidência e da Vice-Presidência, Secretaria de Processamento de Feitos, ARP e STI (B).

Total de decisões: 441.471.

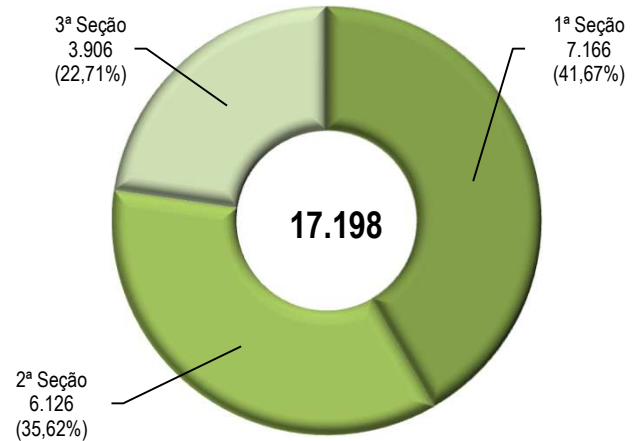
Total de despachos: 26.272.

Distribuição e julgamento nas seções

Distribuídos nas Seções - janeiro a dezembro de 2025

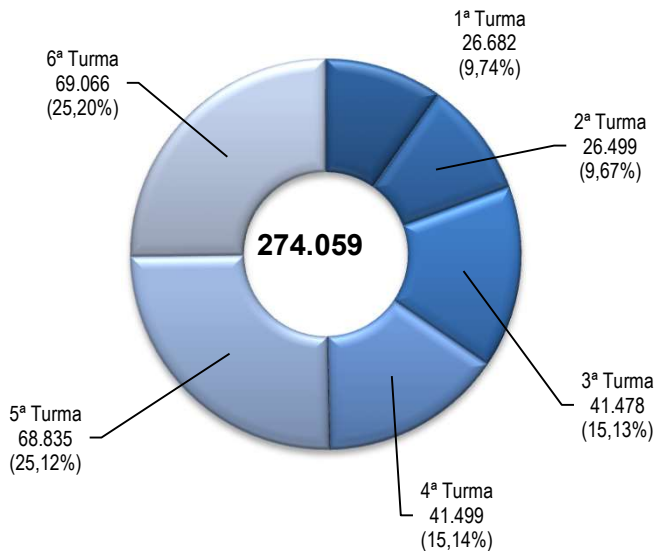


Julgados nas Seções - dezembro de 2025

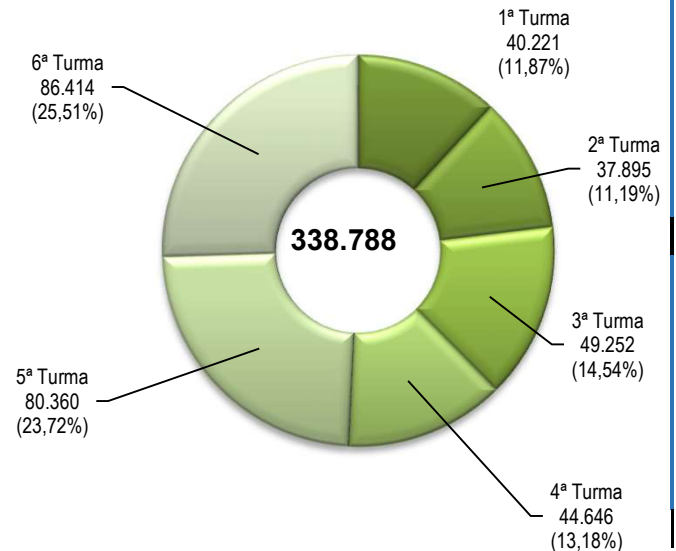


Distribuição e julgamento nas turmas

Distribuídos nas Turmas - janeiro a dezembro de 2025



Julgados nas Turmas - dezembro de 2025



Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Processamento de Feitos; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Gabinetes de Ministras e Ministros e STI (BI).

Nota: Nos processos julgados não estão incluídos:

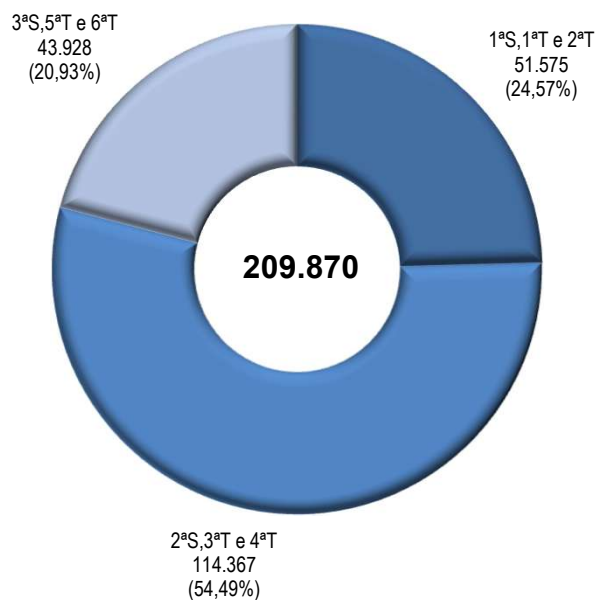
Os processos do Presidente, Vice-Presidente e da Comissão Gestora de Precedentes.

No mês de dezembro: 7.817 Agravos Internos, 4.421 Agravos Regimentais e 4.014 Embargos de Declaração, totalizando 16.252 feitos;

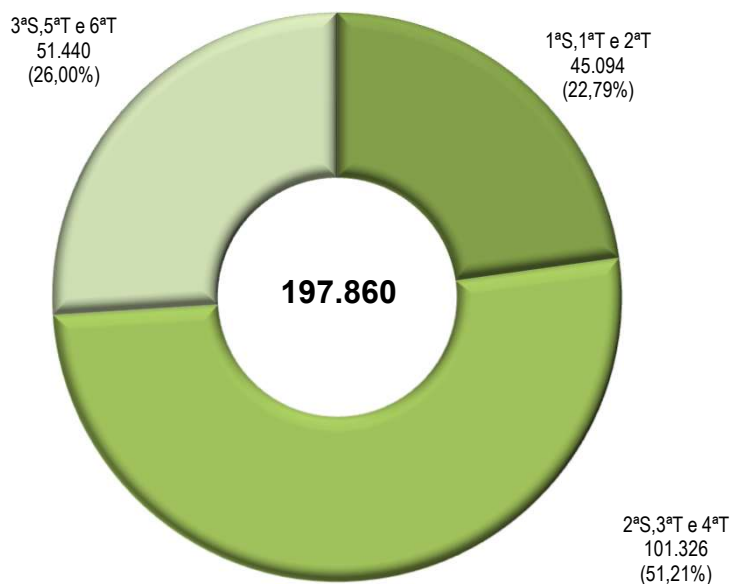
No período de janeiro a dezembro: 97.744 Agravos Internos, 61.136 Agravos Regimentais e 45.027 Embargos de Declaração, totalizando 203.907 feitos.

Registrados e julgados por seções e respectivas turmas - Presidente do STJ

Registrados - janeiro a dezembro de 2025



Julgados - janeiro a dezembro de 2025



Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Processamento de Feitos; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; ARP e STI (BI).

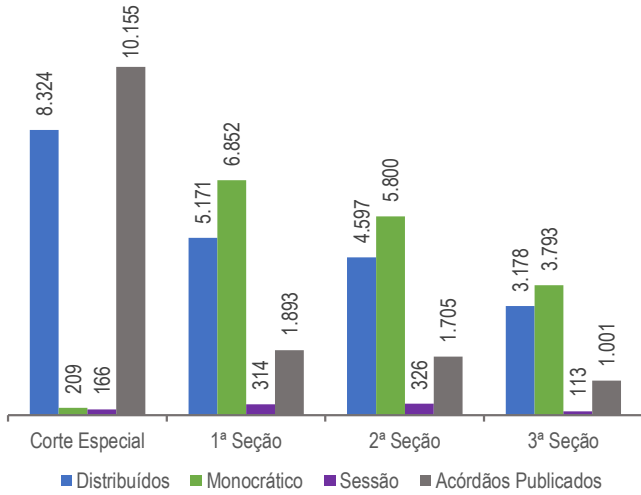
Nota: Nos processos julgados não estão incluídos:

No mês de dezembro: 11 Agravos Internos e 684 Embargos de Declaração, totalizando 698 feitos;

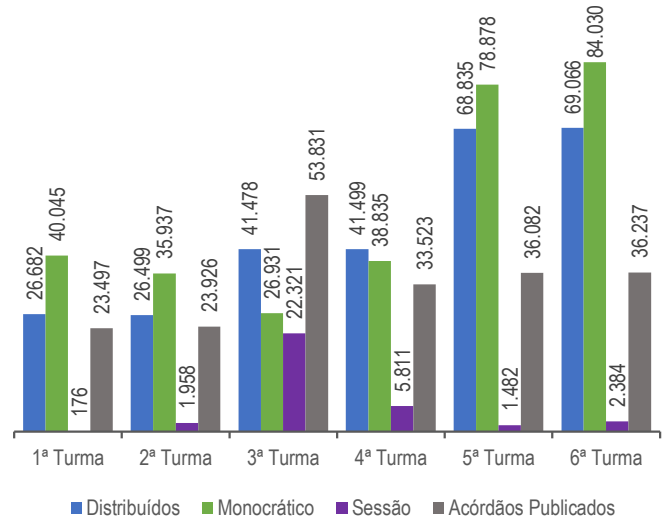
No período de janeiro a dezembro: 155 Agravos Internos, 11 Agravos Regimentais e 8.201 Embargos de Declaração, totalizando 8.367 feitos;

Processos distribuídos, julgados e acórdãos publicados - 2025

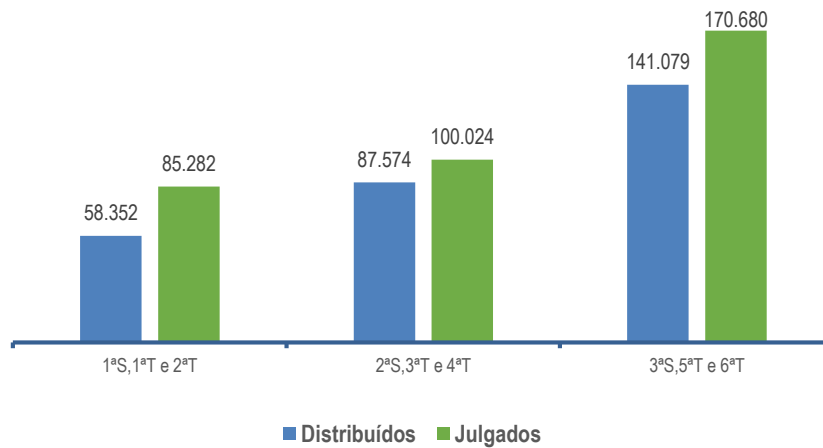
Corte Especial e Seções - janeiro a dezembro de 2025



Turmas - janeiro a dezembro de 2025



Processos distribuídos e julgados nas seções e respectivas turmas - janeiro a dezembro



Fontes: Secretaria Judiciária; Secretaria de Processamento de Feitos; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Gabinetes de Ministras e Ministros; ARP e STI (BI).

Notas: Nos processos da Corte Especial estão incluídos os processos distribuídos e decididos monocraticamente referentes a processos registrados de competência exclusiva da Presidência do STJ processados no âmbito do referido órgão julgador;

Nos processos julgados não estão incluídos os processos do Presidente, Vice-Presidente e da Comissão Gestora de Precedentes, bem como:

7.817 Agravos Internos, 4.421 Agravos Regimentais e 4.014 Embargos de Declaração, totalizando 16.252 feitos no mês e

97.744 Agravos Internos, 61.136 Agravos Regimentais e 45.027 Embargos de Declaração, totalizando 203.907 feitos no período;

Nos dados acima estão computados os acordãos dos recursos internos (AgInt, AgRg e Edcl).

Teor das decisões

janeiro a dezembro de 2025

Classes de feitos	Não conhecendo		Concedendo		Negando		Outros		Admitindo Embargo		Total
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	
Processo principal											
Agravo em Recurso Especial (AREsp)	251.796	76,1%	11.670	3,5%	51.851	15,7%	15.492	4,7%	4	0,0%	330.813
Habeas Corpus (HC)	35.945	35,4%	14.189	14,0%	49.900	49,1%	1.625	1,6%	1	0,0%	101.660
Recurso Especial (REsp)	22.429	29,7%	21.102	27,9%	22.734	30,1%	9.248	12,2%	1	0,0%	75.514
Recurso em Habeas Corpus (RHC)	2.887	12,9%	1.771	7,9%	15.516	69,1%	2.271	10,1%			22.445
Conflito de Competência (CC)	1.045	12,3%	12	0,1%	48	0,6%	7.392	87,0%			8.497
Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial (EAREsp)	3.030	93,6%	81	2,5%	70	2,2%	56	1,7%			3.237
Recurso em Mandado de Segurança (RMS)	1.127	35,3%	320	10,0%	1.615	50,6%	128	4,0%			3.190
Reclamação (Rcl)	1.456	64,3%	115	5,1%	605	26,7%	87	3,8%			2.263
Carta Rogatória (CR)	11	0,6%	579	30,8%	8	0,4%	1.283	68,2%			1.881
Homologação de Decisão Estrangeira (HDE)			1.621	93,3%	99	5,7%	17	1,0%			1.737
Embargos de Divergência em Recurso Especial (EREsp)	1.099	85,5%	55	4,3%	64	5,0%	68	5,3%			1.286
Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL)	914	90,9%	20	2,0%	9	0,9%	62	6,2%		6,2%	1.005
Mandado de Segurança (MS)	56	5,6%	43	4,3%	812	81,0%	91	9,1%			1.002
Execução em Mandado de Segurança (ExeMS)	21	2,4%	36	4,2%	343	39,7%	464	53,7%		53,7%	864
Petição (Pet)	368	59,5%	20	3,2%	186	30,0%	45	7,3%			619
Tutela Cautelar Antecedente (TutCautAnt)	111	28,0%	17	4,3%	228	57,6%	40	10,1%			396
Revisão Criminal (RvCr)	264	78,3%	8	2,4%	59	17,5%	6	1,8%			337
Ação Rescisória (AR)	34	13,3%	19	7,4%	164	64,1%	39	15,2%		15,2%	256
Tutela Antecipada Antecedente (TutAntAnt)	70	28,6%	10	4,1%	147	60,0%	18	7,3%			245
Suspensão de Liminar e de Sentença (SLS)	76	55,9%	11	8,1%	40	29,4%	9	6,6%			136
Agravo de Instrumento (Ag)	93	92,1%	1	1,0%	2	2,0%	5	5,0%			101
Exceção de Suspeição (ExSusp)	10	20,4%			33	67,3%	6	12,2%		12,2%	49
Suspensão de Segurança (SS)	17	35,4%	5	10,4%	20	41,7%	6	12,5%			48
Habeas Data (HD)	20	47,6%			18	42,9%	4	9,5%			42
Execução em Ação Rescisória (ExeAR)			1	2,4%	8	19,5%	32	78,0%		78,0%	41
Pedido de Tutela Provisória (TP)	1	2,9%			21	61,8%	12	35,3%		35,3%	34
Embargos do Acusado (EmbAc)			3	17,6%	13	76,5%	1	5,9%		5,9%	17
Inquérito (Inq)	5	29,4%	4	23,5%	7	41,2%	1	5,9%		5,9%	17
Restituição de Coisas Apreendidas (ReCoAp)	3	18,8%	9	56,3%	3	18,8%	1	6,3%		6,3%	16
Recurso Ordinário (RO)	10	66,7%	1	6,7%	4	26,7%					15
Ação Penal (APn)			6	40,0%	6	40,0%	3	20,0%		20,0%	15
Embargos de Terceiros (ET)	1	6,7%	3	20,0%	11	73,3%					15
Alienação de Bens do Acusado (AlienBac)	1	11,1%	5	55,6%	2	22,2%	1	11,1%		11,1%	9
Precatório (Prc)	3	33,3%					6	66,7%		66,7%	9
Mandado de Injunção (MI)	2	25,0%			6	75,0%					8
Embargos de Execuções em Mandado de Segurança(EmbExeMS)			1	14,3%	1	14,3%	5	71,4%		71,4%	7
Sentença Estrangeira (SE)			5	71,4%	2	28,6%					7
Cautelar Inominada Criminal (CaulnomCrim)	1	16,7%	2	33,3%	1	16,7%	2	33,3%		33,3%	6
Queixa-Crime (QC)	1	20,0%			3	60,0%	1	20,0%		20,0%	5
Conflito de Atribuições (CAT)	2	50,0%			1	25,0%	1	25,0%		25,0%	4
Sindicância (Sd)			1	33,3%			2	66,7%		66,7%	3
Sentença Estrangeira Contestada (SEC)	1	50,0%	1	50,0%							2
Medida Cautelar (MC)					1	50,0%	1	50,0%		50,0%	2
Exceção de Impedimento (ExImp)					2	100,0%					2
Medidas Protetivas de Urgência - Lei Maria da Penha (MPUMP)			1	50,0%	1	50,0%					2
Embargos de Divergência em Agravo de Instrumento (Eag)	1	100,0%									1
Incidente de Deslocamento de Competência (IDC)			1	100,0%							1
Interpelação Judicial (IJ)					1	100,0%					1
Suspensão em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (SIRDR)					1	100,0%					1
Total	322.911	57,9%	51.749	9,3%	144.666	25,9%	38.531	6,9%	6	0,0%	557.863

Fontes: Secretaria de Processamento de Feitos, Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Gabinetes de Ministras e Ministros, ARP e STI (BI).

Nota: Não estão incluídos 100.826 Agravos Internos, 66.856 Agravos Regimentais e 56.243 Embargos de Declaração, totalizando 223.925 feitos no período.

Teores das decisões em Recursos Internos (AgInt, AgRg)
janeiro a dezembro de 2025

Recurso Interno Classe do Processo Principal	Agravos Internos (AgInt)									Agravos Regimentais (AgRg)									Total
	Não conhecendo		Concedendo		Negando		Outros		SubTotal	Não conhecendo		Concedendo		Negando		Outros		SubTotal	
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%		QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%		
Agravo em Recurso Especial (AREsp)	14.518	19,1%	2.769	3,6%	56.620	74,5%	2.088	2,7%	75.995	6.354	22%	715	2%	22.252	76%	140	0,5%	29.461	105.456
Habeas Corpus (HC)	169	25,4%	80	12,0%	405	60,9%	11	1,7%	665	3.401	13%	929	4%	20.085	79%	1.009	4,0%	25.424	26.089
Recurso Especial (REsp)	2.010	12,2%	1.025	6,2%	11.603	70,4%	1.835	11,1%	16.473	488	11%	222	5%	3.699	83%	60	1,3%	4.469	20.942
Recurso em Habeas Corpus (RHC)	19	19,0%	6	6,0%	69	69,0%	6	6,0%	100	360	8%	119	2%	4.178	87%	126	2,6%	4.783	4.883
Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial (EAREsp)	398	13,9%	63	2,2%	2.392	83,3%	17	0,6%	2.870	380	21%	17	1%	1.372	78%	1	0,1%	1.770	4.640
Recurso em Mandado de Segurança (RMS)	197	14,9%	66	5,0%	1.045	78,9%	16	1,2%	1.324	12	7%	4	2%	165	90%	3	1,6%	184	1.508
Embargos de Divergência em Recurso Especial (EREsp)	82	7,4%	37	3,4%	976	88,6%	7	0,6%	1.102	29	10%	6	2%	261	88%	1	0,3%	297	1.399
Conflito de Competência (CC)	71	11,0%	39	6,0%	483	74,9%	52	8,1%	645	4	10%	2	5%	31	76%	4	9,8%	41	686
Reclamação (Rcl)	61	11,2%	3	0,6%	472	86,8%	8	1,5%	544	14	20%	5	7%	50	71%	1	1,4%	70	614
Petição (Pet)	23	24,7%			63	67,7%	7	7,5%	93	84	37%	2	1%	136	60%	6	2,6%	228	321
Mandado de Segurança (MS)	33	14,9%	5	2,3%	179	80,6%	5	2,3%	222	4	22%	1	6%	13	72%			18	240
Execução em Mandado de Segurança (ExeMS)	19	10,2%	13	7,0%	146	78,1%	9	4,8%	187										187
Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL)	20	14,0%	2	1,4%	121	84,6%			143					1	100%			1	144
Ação Rescisória (AR)	14	11,4%	6	4,9%	102	82,9%	1	0,8%	123										123
Tutela Cautelar Antecedente (TutCautAnt)	16	14,4%	1	0,9%	75	67,6%	19	17,1%	111					4	80%	1	20,0%	5	116
Tutela Antecipada Antecedente (TutAntAnt)	2	2,8%	2	2,8%	50	70,4%	17	23,9%	71					1	50%	1	50,0%	2	73
Revisão Criminal (RvCr)										12	24%	4	8%	35	69%			51	51
Pedido de Tutela Provisória (TP)	7	19,4%	1	2,8%	15	41,7%	13	36,1%	36										36
Suspensão de Liminar e de Sentença (SLS)	13	48,1%			14	51,9%			27					1	100%			1	28
Carta Rogatória (CR)					22	100,0%			22	1	33%			1	33%	1	33,3%	3	25
Homologação de Decisão Estrangeira (HDE)	1	4,8%	1	4,8%	19	90,5%			21										21
Exceção de Suspeição (ExSusp)	5	31,3%			11	68,8%			16	1	50%			1	50%			2	18
Ação Penal (APn)										1	7%			14	93%			15	15
Suspensão de Segurança (SS)	3	30,0%			7	70,0%			10										10
Agravo de Instrumento (Ag)			1	12,5%	6	75,0%	1	12,5%	8			1	100%					1	9
Inquérito (Inq)												1	17%	5	83%			6	6
Alienação de Bens do Acusado (AlienBac)														5	83%	1	16,7%	6	6
Cautelar Inominada Criminal (CaulnomCrim)														5	100%			5	5
Restituição de Coisas Apreendidas (ReCoAp)												1	25%	3	75%			4	4
Embargos de Execuções em Mandado de Segurança (EmbExeMS)	1	25,0%	3	75,0%					4										4
Recurso Ordinário (RO)					3	100,0%			3										3
Embargos de Terceiros (ET)					1	100,0%			1	1	50%			1	50%			2	3
Embargos do Acusado (EmbAc)														2	100%			2	2
Medidas Protetivas de Urgência - Lei Maria da Penha (MPUMP)														1	50%	1	50,0%	2	2
Exceção de Impedimento (ExImp)					2	100,0%			2										2
Sentença Estrangeira (SE)	1	100,0%							1										1
Execução em Ação Rescisória (ExeAR)					1	100,0%			1										1
Suspensão em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (SIRDR)	1	100,0%							1										1
Precatório (Prc)	1	100,0%							1										1
Embargos de Divergência em Agravo de Instrumento (Eag)												1	100%					1	1
Mandado de Injunção (MI)					1	100,0%			1										1
Execução em Sentença Estrangeira Contestada (ExeSEC)					1	100,0%			1										1
Habeas Data (HD)										1	100%							1	1
Medida Cautelar (MC)					1	100,0%			1										1
Ped. de Quebra de Sigilo de Dados (QuebSig)												1	100%					1	1
Requisição de Pequeno Valor (RPV)					1	100,0%			1										1
Total	17.685	17,5%	4.123	4,1%	74.906	74,3%	4.112	4,1%	100.826	11.147	16,7%	2.031	3,0%	52.322	78,3%	1.356	2,0%	66.856	167.682

Processos distribuídos e registrados, julgados e pendentes de 1º julgamento

Período: 7/4/1989 a 31/12/2025

Processo Ano	Distribuídos (B)	Julgados						Pendentes	
		Processo principal (C)	AgInt (D)	AgRg (E)	EDcl (F)	Total de julgados (C+D+E+F)	Percentual em relação ao ano anterior	Valor absoluto (B-C)	(%) ((B-C) / B)
1989	6.103	3.550		90	71	3.711	...	2.553	41,83%
1990	14.087	10.829		507	406	11.742	216,41%	3.258	23,13%
1991	23.368	17.527		1.139	601	19.267	64,09%	5.841	25,00%
1992	33.872	28.673		1.926	829	31.428	63,12%	5.199	15,35%
1993	33.336	31.295		2.372	1.438	35.105	11,70%	2.041	6,12%
1994	38.670	39.034		2.378	1.620	43.032	22,58%	-364	-0,94%
1995	68.576	57.338		3.245	1.749	62.332	44,85%	11.238	16,39%
1996	77.032	71.122		4.263	2.244	77.629	24,54%	5.910	7,67%
1997	96.376	91.263		7.095	3.696	102.054	31,46%	5.113	5,31%
1998	92.107	85.694		10.591	5.182	101.467	-0,58%	6.413	6,96%
1999	118.977	116.024		7.441	4.577	128.042	26,19%	2.953	2,48%
2000	150.738	136.180		11.741	6.243	154.164	20,40%	14.558	9,66%
2001	184.478	179.364		13.952	5.297	198.613	28,83%	5.114	2,77%
2002	155.959	149.722		14.852	7.406	171.980	-13,41%	6.237	4,00%
2003	226.440	189.778		17.853	9.368	216.999	26,18%	36.662	16,19%
2004	215.411	203.041		27.164	11.104	241.309	11,20%	12.370	5,74%
2005	211.128	222.529		32.770	16.129	271.428	12,48%	-11.401	-5,40%
2006	251.020	222.245		26.346	13.752	262.343	-3,35%	28.775	11,46%
2007	313.364	277.810		35.864	16.583	330.257	25,89%	35.554	11,35%
2008	271.521	274.247		51.195	28.600	354.042	7,20%	-2.726	-1,00%
2009	292.103	254.955		48.437	25.326	328.718	-7,15%	37.148	12,72%
2010	228.981	248.625		55.904	25.754	330.283	0,48%	-19.644	-8,58%
2011	290.901	248.237		46.339	22.529	317.105	-3,99%	42.664	14,67%
2012	289.524	287.293		59.838	24.487	371.618	17,19%	2.231	0,77%
2013	309.677	274.465		56.483	23.895	354.843	-4,51%	35.212	11,37%
2014	314.316	306.491		59.915	23.646	390.052	9,92%	7.825	2,49%
2015	332.905	358.813		76.106	26.571	461.490	18,32%	-25.908	-7,78%
2016	335.779	386.910	26.282	34.551	22.979	470.722	2,00%	-51.131	-15,23%
2017	327.129	392.963	55.123	15.326	27.061	490.473	4,20%	-65.834	-20,12%
2018	348.416	412.455	62.752	16.724	32.870	524.801	7,00%	-64.039	-18,38%
2019	374.366	424.038	68.341	15.518	35.484	543.381	3,54%	-49.672	-13,27%
2020	354.398	373.741	71.788	19.635	38.535	503.699	-7,30%	-19.343	-5,46%
2021	412.590	427.906	70.223	25.997	36.279	560.405	11,26%	-15.316	-3,71%
2022	430.991	441.902	78.824	27.752	39.935	588.413	4,99%	-10.911	-2,53%
2023	452.910	434.681	93.166	36.530	44.502	608.879	3,48%	18.229	4,02%
2024	516.113	508.760	94.965	46.561	48.167	698.453	14,71%	7.353	1,42%
2025	534.341	557.863	100.826	66.856	56.243	781.788	11,93%	-23.522	-4,40%
Total	8.728.003	8.747.363	722.290	981.256	691.158	11.142.067	

Fontes: Secretaria Judiciária, Secretaria de Processamento de Feitos, Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado, Gabinetes de Ministras e Ministros, ARP e STI (BI).

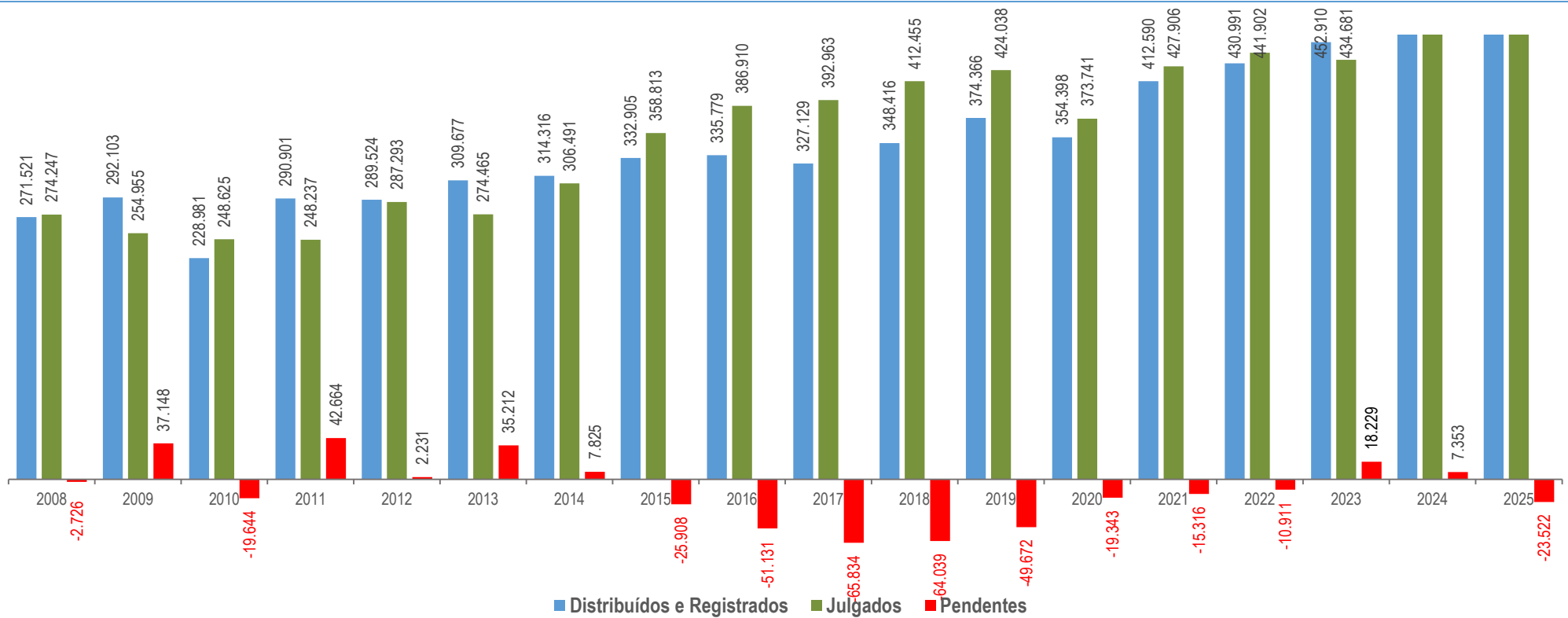
Notas: Sinal convencional utilizado:

.. Não se aplica dado numérico.

Os números negativos em 1994, 2005, 2008, 2010, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2025 são decorrentes de processos distribuídos em períodos anteriores e que foram julgados nos citados anos.

Processos distribuídos e registrados, julgados e pendentes de 1º julgamento

Período: 1/1/2008 a 31/12/2025



Fontes: Secretaria Judiciária; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Secretaria de Processamento de Feitos; ARP e STI (BI).

Nota: Os números negativos em 2008, 2010, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2025 são decorrentes de processos distribuídos em períodos anteriores e que foram julgados nos citados anos. Nos processos julgados não estão incluídos no período: 722.290 Agravos Internos, 759.667 Agravos Regimentais e 582.863 Embargos de Declarações, totalizando, 2.064.820 feitos.

Recursos repetitivos janeiro a dezembro de 2025

Temas	Temas repetitivos (CPC, Art. 1.037)				Controvérsias (CPC, Art. 1.036)		
	Afetados (aguardando julgamento)	Julgados	Acórdãos publicados	Revisados (7)	Aguardando manifestação	Canceladas	Afetadas ao repetitivo
Relatoras e Relatores							
Presidente do STJ							
Francisco Falcão					4	8	4
Nancy Andrighi	1				2	1	2
João Otávio de Noronha	1				3	1	1
Humberto Martins					2	1	
Maria Thereza de Assis Moura	13	10	9		2		5
Herman Benjamin (1)		5	5				2
Og Fernandes	2	6	5				2
Luis Felipe Salomão (2)		1	1		1		1
Mauro Campbell Marques (3)		4	4		1	1	4
Benedito Gonçalves		1	1		2	4	
Raul Araújo	3	2	3		3		3
Isabel Gallotti	3				1	1	1
Antonio Carlos Ferreira	3	3	3		2	1	
Villas Bôas Cueva	7	2	2		1		2
Sebastião Reis Júnior	4	1	1				4
Marco Buzzi	1	1	1			2	1
Marco Aurélio Bellizze	5				2		5
Sérgio Kukina	4				1		5
Moura Ribeiro		1			2	3	
Regina Helena Costa	1	2	2		1		2
Rogério Schietti Cruz	7	1	1		1		6
Gurgel de Faria	9	5	5		1		5
Reynaldo Soares da Fonseca	1	2	3			1	1
Ribeiro Dantas	1	1	1			1	1
Antonio Saldanha Palheiro						1	2
Joel Ilan Paciornik	3	2	3		2	1	3
Messod Azulay Neto					1	3	1
Paulo Sérgio Domingues	8	5	5		4	4	8
Teodoro Silva Santos	6	4	4		4	2	7
Afrânio Vilela	6	6	5		3	2	3
Daniela Teixeira (4)	1					1	7
Marluce Caldas (5)							
Carlos Pires Brandão (6)					3		
Total	90	65	64		49	39	88

Fonte: Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas.

Notas: Mais informações sobre recursos repetitivos e IAC consulte o link: http://www.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/

(1) Presidente do STJ. (2) Vice-Presidente do STJ. Corregedor-Geral da Justiça Federal. (3) Corregedor Nacional de Justiça. (4) Ministra transferida da 3ª Seção, 5ª Turma para 2ª Seção 3ª Turma conforme PRT nº de 8/01/2025. (5) Ministra empossada em 4/9/2025 para compor a 3ª Seção e 5ª Turma. (6) Ministro empossado em 4/9/2025 para compor a 3ª Seção e 6ª Turma. (7) Revisão de tema repetitivo. Art. 927, §§ 2º a 4º, do CPC/2015 e art. 256-S ao art. 256-V, do RISTJ.

5. Recursos internos protocolizados

Das decisões proferidas pelo STJ em 2025, foram protocoladas 243.884 petições de recursos internos, entre Agravos Internos, Agravos Regimentais, Embargos de Declaração e Embargos de Divergência. Quanto aos recursos externos, que incluem os Agravos em Recurso Extraordinário (ARE), Recurso Extraordinário (RE) e Recurso Ordinário (RO), foram protocoladas 20.047 petições no ano. O cálculo estimado da taxa de recorribilidade, que apura a razão entre a quantidade de petições de recursos internos e a quantidade de decisões colegiadas e monocráticas do ano, entrega para o período taxa de 31,2%, valor 1 ponto percentual maior em comparação com a taxa de recorribilidade do ano passado, seguindo em tendência de alta desde 2019 (figura 14).

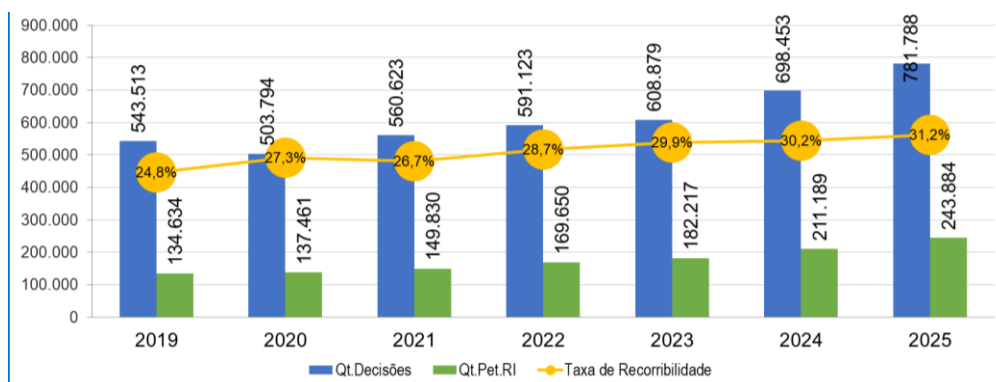


Figura 14. Série histórica da taxa de recorribilidade do STJ.

A tabela abaixo detalha as petições protocoladas por ministro e por classe de recurso.

Petições protocolizadas de recursos internos e externos - janeiro a dezembro de 2025 -

Tipos de recursos Relatorias e Relatores	Recursos internos					Recursos externos				Total (A + B)
	Agravo Interno	Agravo Regimental	Embargos de Declaração	Embargos de Divergência	Subtotal (A)	Agravo em Recurso Extraordinário	Recurso Extraordinário	Recurso Ordinário	Subtotal (B)	
Presidente do STJ	37.276	11.867	8.662	80	57.885	11	76	28	115	58.000
Vice-Presidente do STJ	4.686	9.030	7.579	105	21.400	2.005	13.599	2.787	18.391	39.791
Francisco Falcão	2.668	28	1.794	183	4.673		45	1	46	4.719
Nancy Andrighi	4.134	34	2.121	268	6.557		39	1	40	6.597
João Otávio de Noronha	3.442	40	1.709	181	5.372		14		14	5.386
Humberto Martins	4.400	21	2.238	192	6.851		37	3	40	6.891
Maria Thereza de Assis Moura	2.178	26	1.069	114	3.387	1	42		43	3.430
Herman Benjamin (1)			14	3	17					17
Og Fernandes	66	3.667	688	79	4.500		23	24	47	4.547
Luis Felipe Salomão (2)	45	9	47	7	108		3		3	111
Mauro Campbell Marques (3)	9	13	29		51					51
Benedito Gonçalves	3.924	15	1.916	100	5.955	1	25	3	29	5.984
Raul Araújo	2.458	19	2.017	233	4.727		31		31	4.758
Isabel Gallotti	3.149	33	1.842	173	5.197		29		29	5.226
Antonio Carlos Ferreira	3.618	12	1.692	171	5.493		45		45	5.538
Villas Bôas Cueva	2.066	15	2.433	374	4.888		21		21	4.909
Sebastião Reis Júnior	24	5.062	1.316	141	6.543	1	76	73	150	6.693
Marco Buzzi	4.309		1.858	188	6.355	1	28	1	30	6.385
Marco Aurélio Bellizze	2.393		941	55	3.389		27	2	29	3.418
Sérgio Kukina	3.532		1.602	108	5.242		25	1	26	5.268
Moura Ribeiro	1.245		2.253	295	3.793		41		41	3.834
Regina Helena Costa	3.407		1.373	112	4.892		19	2	21	4.913
Rogério Schiatti Cruz		4.724	1.247	105	6.076		61	31	92	6.168
Gurgel de Faria	3.271		1.338	109	4.718	1	20		21	4.739
Reynaldo Soares da Fonseca		4.364	1.012	131	5.507		49	44	93	5.600
Ribeiro Dantas	2	4.506	1.025	127	5.660	1	46	37	84	5.744
Antonio Saldanha Palheiro	1	6.605	1.864	247	8.717	1	54	39	94	8.811
Joel Ilan Paciornik		5.237	1.230	162	6.629		52	48	100	6.729
Messod Azulay Neto		5.650	1.231	140	7.021	1	42	37	80	7.101
Paulo Sérgio Domingues	3.162		1.844	90	5.096		16	1	17	5.113
Teodoro Silva Santos	3.382		1.614	101	5.097		40	4	44	5.141
Afrânio Vilela	4.404		1.692	90	6.186		27	1	28	6.214
Daniela Teixeira (4)	1.351	612	2.519	186	4.668	2	56	9	67	4.735
Maria Marluce Caldas (5)		1.285	398	47	1.730		19	11	30	1.760
Carlos Pires Brandão (6)		2.020	413	31	2.464	1	39	19	59	2.523
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes (7)	1		1		2					2
Presidente da 1ª Seção	135		49		184					184
Presidente da 2ª Seção	2		2	4	8					8
Presidente da 3ª Seção	59		67		126					126
Sec. Processamento de Feitos (8)	106	5.354	1.131	129	6.720		10	37	47	6.767
Total	104.905	70.248	63.870	4.861	243.884	2.027	14.776	3.244	20.047	263.931

Fontes: Secretaria Judiciária; STI (BI).

(1) Presidente do STJ. (2) Vice-Presidente do STJ. Corregedor-Geral da Justiça Federal. (3) Corregedor Nacional de Justiça. (4) Ministra transferida da 3ª Seção, 5ª Turma para 2ª Seção 3ª Turma conforme PRT nº de 8/01/2025. (5) Ministra empossada em 4/9/2025 para compor a 3ª Seção e 5ª Turma. (6) Ministro empossado em 4/9/2025 para compor a 3ª Seção e 6ª Turma. (7) Estão computados os processos registrados e decisões proferidas pelo Ministro Rogério Schiatti Cruz conforme Portaria STJ/GP Nº 59 de 5/2/2024. (8) Computadas as petições sem destinatários bem como as endereçadas às Ministras aposentadas e aos Ministros aposentados.

6. Processos baixados

Após oscilar entre 2019 e 2023 com tímido aumento de apenas 1,39% (5.642) no período, a quantidade de processos baixados registrou o segundo ano consecutivo de crescimento expressivo, com aumento de 11,21% (52.484) em 2025, na sequência da alta 13,51% (55.724) observada em 2024 (figura 15).

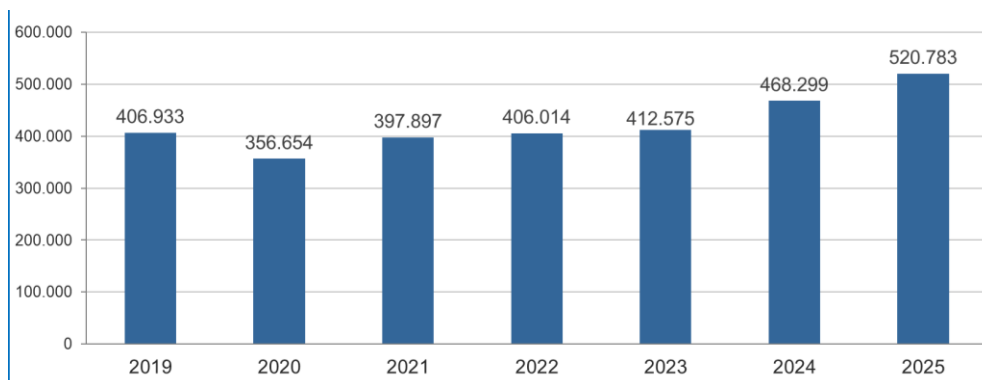


Figura 15. Série histórica dos processos baixados.

Depois de apresentar melhoras expressivas no tempo médio da baixa dos processos entre 2019 e 2022 com queda acumulada de 23,83% (76,76 dias), o tempo médio dos processos apresenta tendência de alta nos últimos dois anos com discreto aumento de 2,01% (5,01 dias) em 2025 (figura 16).

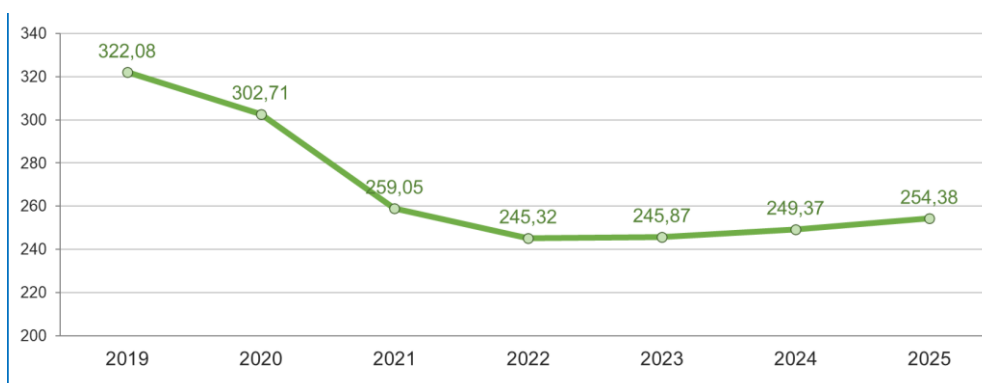


Figura 16. Série histórica do tempo médio em dias do recebimento até a baixa, escala a partir de 200 dias.

A série histórica das principais classes de processos baixados revela crescimento expressivo dos AREsp em 2025, com aumento de 14,20% (37.619), consolidando a trajetória de expansão iniciada em 2021 e reforçando o protagonismo dessa classe na dinâmica de baixa processual. As baixas HC também avançaram em 2025, ainda que em ritmo mais moderado, registrando crescimento de 6,56% (6.222). Esse desempenho sucede a elevação mais acentuada observada em 2024 e indica superação do período de relativa estabilidade verificado entre 2020 e 2023. Por sua vez, os REsp apresentaram aumento de 4,80% (3.092) em 2025, mantendo o padrão de oscilações moderadas observado nos últimos anos e sem alterações estruturais relevantes após a queda acentuada registrada em 2020 (figura 17).

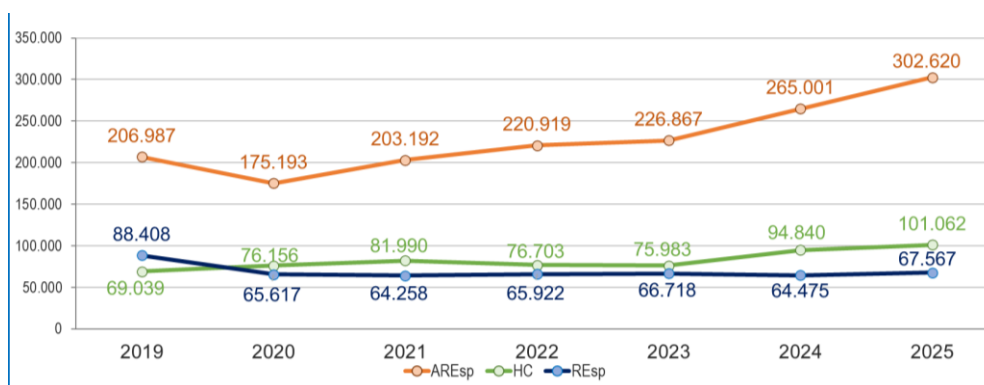


Figura 17. Série histórica das principais classes de processos baixados.

Analisando a série histórica dos baixados de acordo com os principais ramos de direito, o ramo penal, apresentou o segundo ano consecutivo de crescimento expressivo, com alta de 22,79% (39.400), após um período de relativa estagnação entre 2021 e 2023, passando a se isolar como o ramo com maior volume de baixas. O civil também registrou avanço relevante, com aumento de 11,31% (19.614) mantendo inclinação de alta desde 2020 com média de crescimento de 9,83% ao ano ao longo do período. Em sentido oposto, o ramo administrativo apresentou retração de 4,68% (2.867), mantendo o padrão de oscilações observado ao longo da série, sem alterações significativas de patamar, com média de 63.413 processos baixados desde 2019. O tributário apresentou queda de 4,38% (1.615), sinalizando estabilização após dois anos consecutivos de forte alta. Por fim, o previdenciário exibiu forte queda com redução de 24,08% (4.180), o terceiro ano consecutivo de forte diminuição após o pico atingido em 2022 (figura 18).

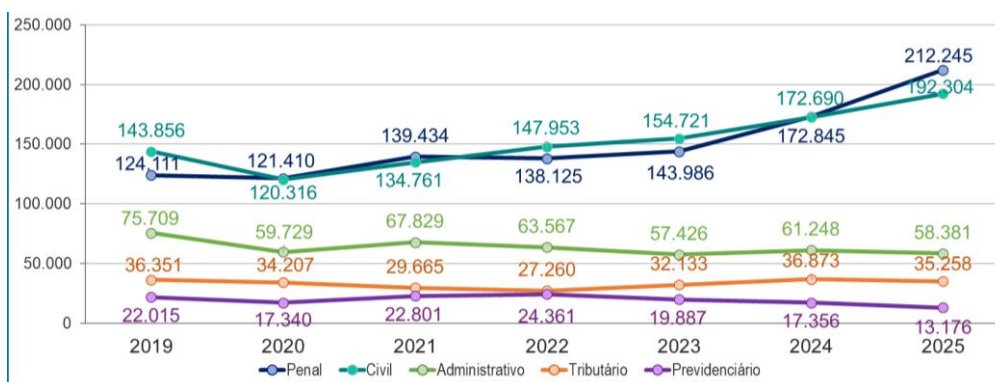


Figura 18. Série histórica dos principais ramos de direito dos processos baixados.

7. Acervo Processual

A evolução do acervo processual do Superior Tribunal de Justiça reflete o equilíbrio entre a entrada e a saída de processos ao longo do período analisado. Entre 2019 e 2022, o volume de processos em tramitação manteve-se relativamente estável, oscilando em torno de 260 mil processos, em razão do alinhamento entre os volumes de recebidos e baixados. A partir de 2023, contudo, observa-se crescimento mais acentuado do acervo, que atingiu 317.954 processos e avançou para 332.560 em 2024, impulsionado pela aceleração das dos recebidos em relação às baixas. Em 2025, verifica-se uma inflexão nesse comportamento. Apesar do novo recorde de processos recebidos (508.523), o número de baixados superou as entradas em 12.260 processos, resultando na redução do acervo em 4,18% (13.309) totalizando 318.651 processos em tramitação em 2025 (figura 19).

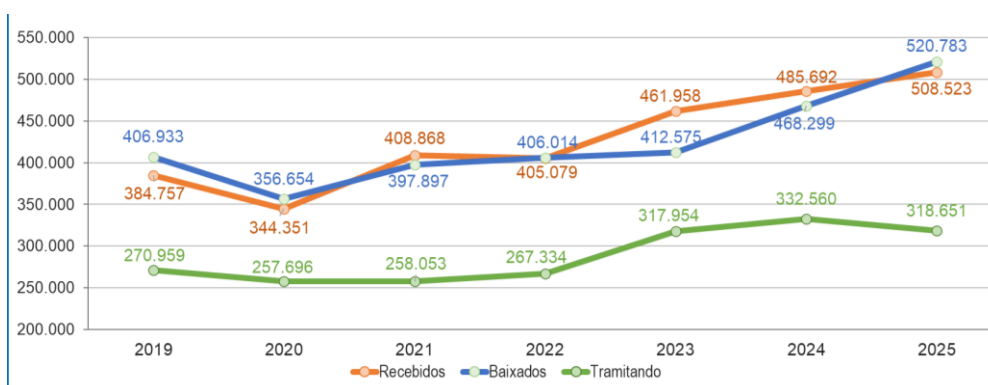


Figura 19. Série histórica dos recebidos, baixados e acervo processual. Escala a partir de 200.000 processos.

O tempo médio de tramitação em 2025 foi de 13,90 meses, queda de 4,79% (21,29 dias) em relação à 2023 e redução média de 6,60% ao ano desde 2018 (figura 20a). O acervo do STJ é composto majoritariamente por processos recebidos recentemente, sendo 71,02% (226.299) processos recebidos neste ano, 15,81% (50.383) em 2024 e 6,05% (19.265) no ano retrasado (figura 20b).

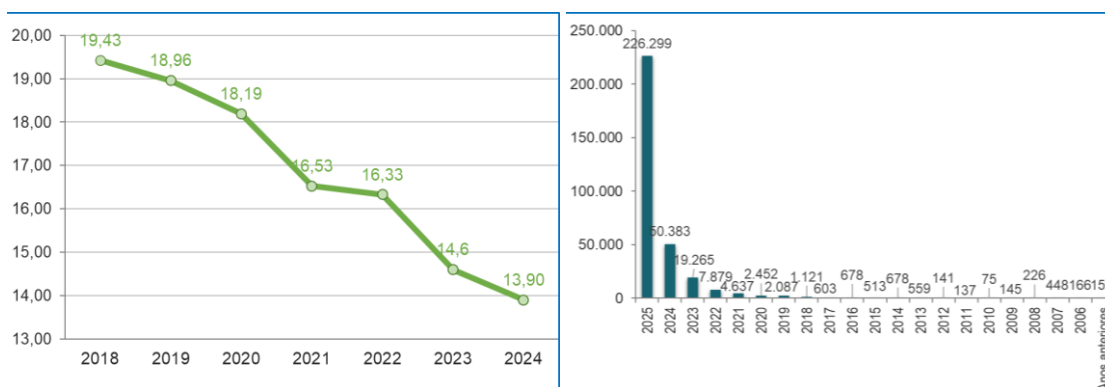


Figura 20(a). À esquerda série histórica do tempo médio de tramitação, escala a partir de 14 meses. Figura 20(b). À direita ano de recebimento dos processos em tramitação.

A razão entre o acervo do tribunal e o número de processos baixados no ano foi de 0,61, o que significa que, caso não houvesse ingresso de novas demandas, e fosse mantida a produtividade dos ministros e servidores, seriam necessários aproximadamente 7,32 meses para zerar o estoque, indicador criado pelo CNJ chamado de “tempo de giro do acervo” (figura 21). Após registrar forte alta no ano passado 17,04% (0,11 ano) em 2023, o tempo de giro do acervo registrou o segundo ano de queda consecutivo em 2025 com redução de 13,84% (0,10 ano) atingindo os menores patamares nessa série histórica.

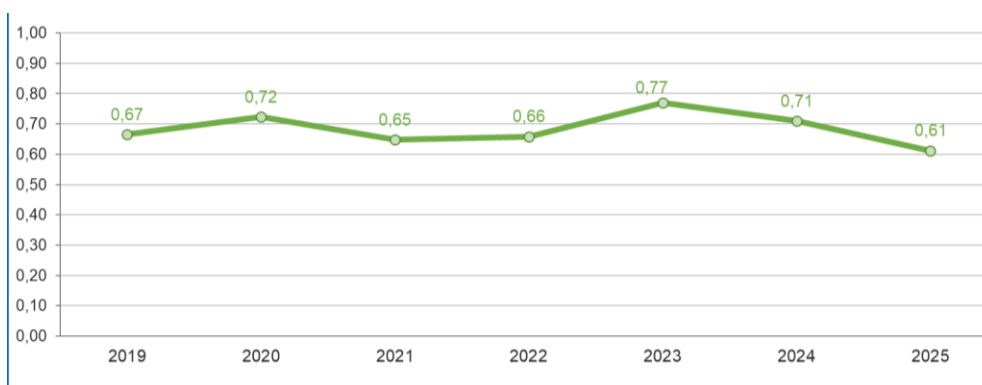


Figura 21. Série histórica do tempo do giro do acervo.

A taxa de congestionamento do STJ em 2025 foi de 37,96%, redução de 8,59% (3,57 pontos percentuais) em relação ao ano anterior, o segundo ano seguido de queda expressiva, após o ápice atingido em 2023 (figura 22). Essa taxa é outro indicador criado pelo CNJ que mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado no período de um ano (que consiste na soma dos pendentes e dos baixados). Quanto maior o índice, maior a dificuldade do tribunal em lidar com seu estoque de processos.

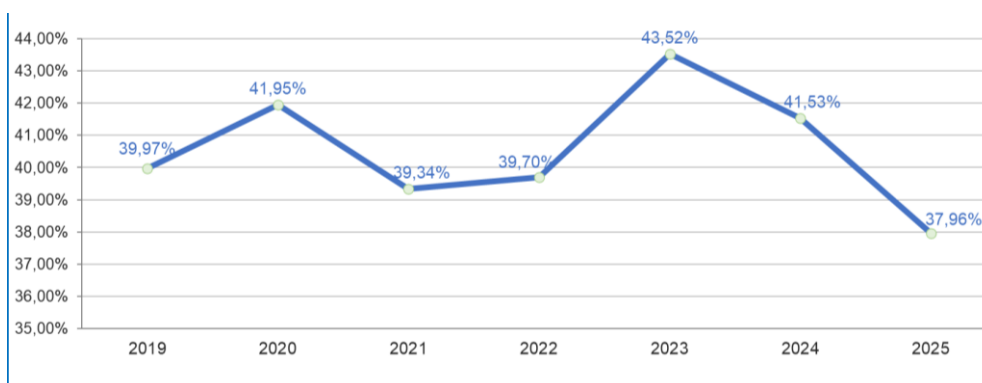


Figura 22. Série histórica do tempo da taxa de congestionamento. Escala a partir de 37%.

Do acervo do final de 2025, aproximadamente 90% dos processos se concentram em quatro classes processuais: 59,70% (190.228) são AREsp; 22,02% (70.160) são REsp; 7,46% (23.787) são HC e 1,90% (6.045) são RHC (figura 23).

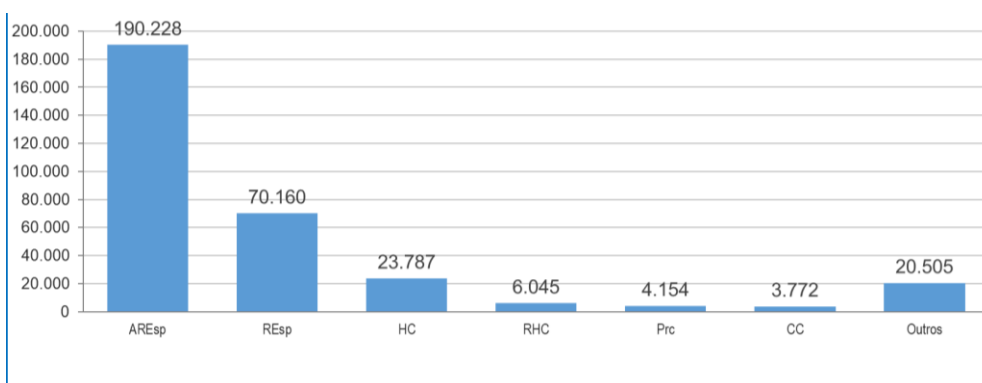
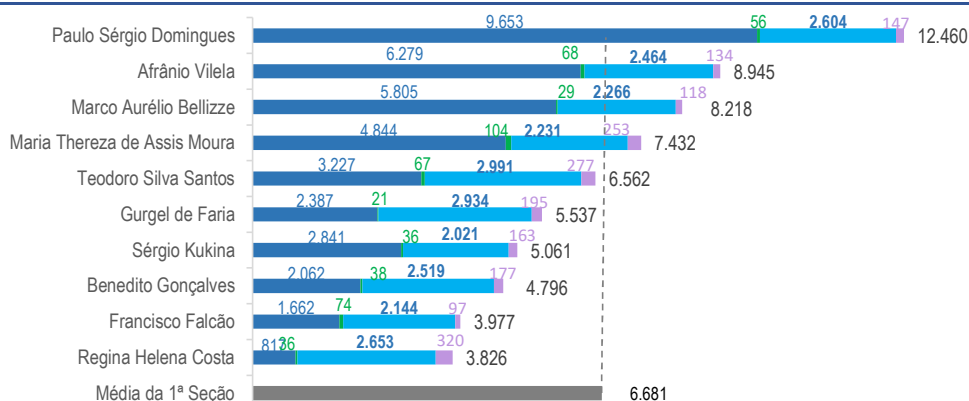


Figura 23. Processos em tramitação por classe de feitos.

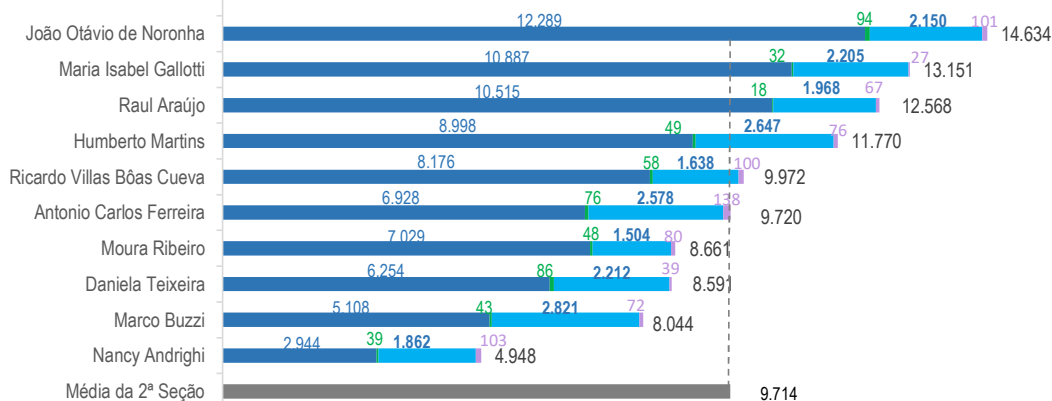
As tabelas abaixo resumem as principais estatísticas de processos tramitando no ano.

Acervo processual por relatorias e relatores por órgão julgador em 31/12/2025

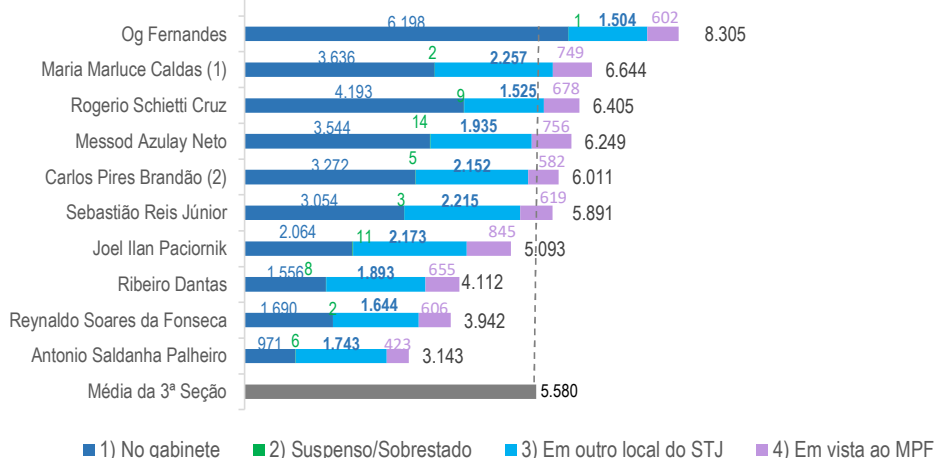
1ª SEÇÃO



2ª SEÇÃO

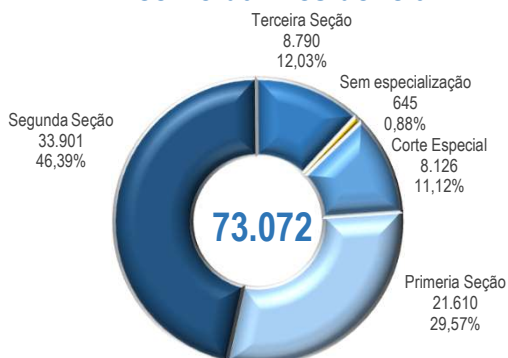


3ª SEÇÃO



■ 1) No gabinete ■ 2) Suspensão/Sobrestado ■ 3) Em outro local do STJ ■ 4) Em vista ao MPF

Acervo da Presidência



Os acervos representados nos dois gráficos totalizam 297.740 processos. Não constam os acervos da Vice-Presidência (5.267), Presidentes de órgãos julgadores (4.132), processos que estão aguardando atribuição/distribuição (8.239) e os processos que estão na Corte Especial (3.273). Incluindo todas essas informações, o total em tramitação é de **318.651**

Fontes: Secretaria Judiciária; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Secretaria de Processamento de Feitos e STJ (BI).

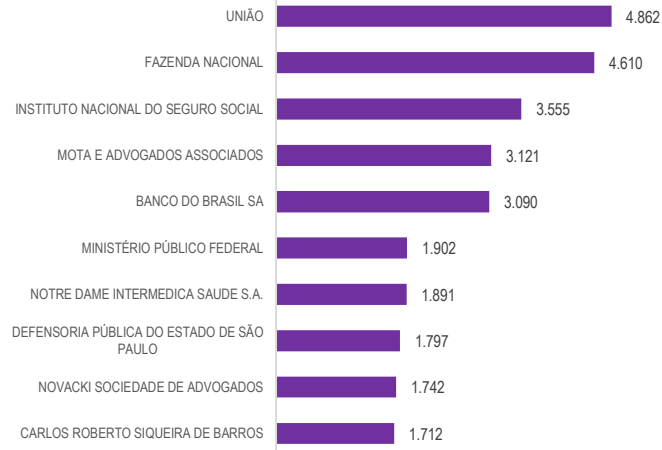
Notas: (1) Ministra empossada em 4/9/2025 para compor a 3ª Seção e 5ª Turma. (2) Ministro empossado em 4/9/2025 para compor a 3ª Seção e 6ª Turma.

Acervo em 31/12/2025

Maiores demandantes dentre os que estão em tramitação



Maiores demandantes (autor) dentre os que estão em tramitação

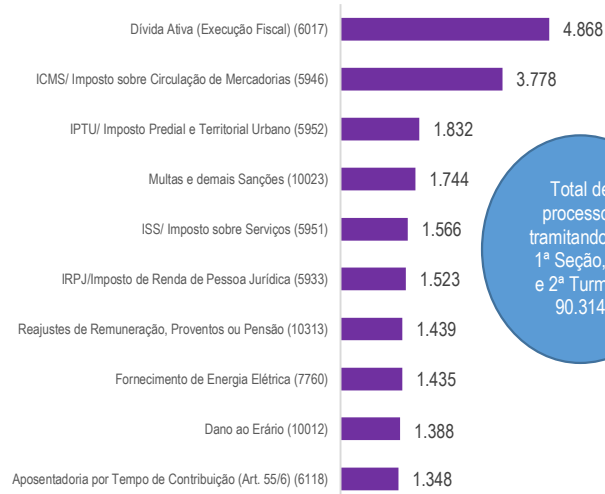


Principais assuntos no STJ



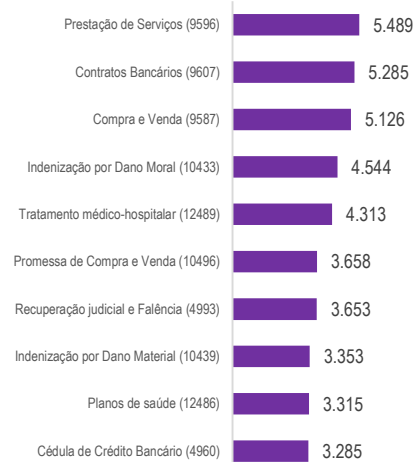
Principais assuntos por órgão julgador

1ª Seção e 1ª e 2ª Turmas



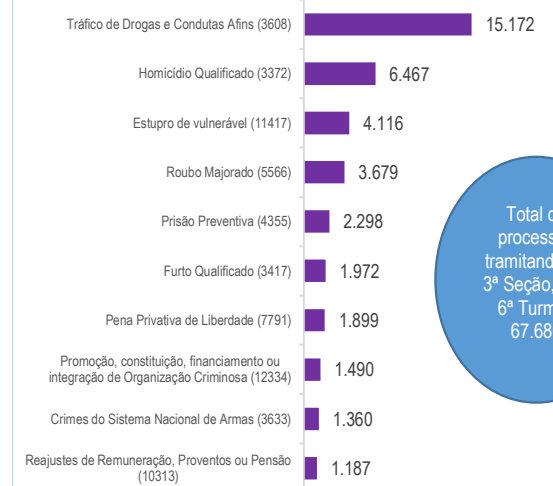
Total de processos tramitando na 1ª Seção, 1ª e 2ª Turmas 90.314

2ª Seção e 3ª e 4ª Turmas



Total de processos tramitando na 2ª Seção, 3ª e 4ª Turmas 136.977

3ª Seção e 5ª e 6ª Turmas



Total de processos tramitando na 3ª Seção, 5ª e 6ª Turmas 67.680

Fontes: Secretaria Judiciária; Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado; Secretaria de Processamento de Feitos e STI (Power BI).

Notas: Os números entre parênteses nos processos por assunto referem-se aos códigos do Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas do Conselho Nacional de Justiça.

Nos valores totais apresentados nos gráficos por órgãos julgadores estão inclusos todos os processos inclusive os que aguardam atribuição.

8. Metas CNJ

No ano de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou a parametrização da metodologia para aferição e acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário com as variáveis estatísticas estabelecidas na Resolução CNJ nº 76/2009. Assim, o CNJ estabeleceu dez metas para o STJ além de duas metas específicas em 2025 das quais sete foram cumpridas em sua totalidade.

Meta 1. Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente. Percentual de cumprimento: 105,1%.

Meta 2. Identificar e julgar, até 31/12/2025, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018. Percentual de cumprimento: 99,9%.

Meta 4a. Identificar e julgar até 31/12/2025, 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2024. Percentual de cumprimento: 108,6%.

Meta 4b. Identificar e julgar até 26/10/2025, 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26 de outubro de 2021. Percentual de cumprimento: 99,95%.

Meta 5. Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento, até 31/12/2025, equivalente à 38,7%. Resultado obtido: 37,96%.

Meta 6. Identificar e julgar, até 31/12/2025, 75% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2024. Percentual de cumprimento: 120%.

Meta 7a. Identificar e julgar, até 31/12/2025, 75% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas distribuídos até 31/12/2024. Percentual de cumprimento: 130,5%.

Meta 7b. Identificar e julgar, até 31/12/2025, 75% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas distribuídos até 31/12/2024. Percentual de cumprimento: 133,3%.

Meta 8. Identificar e Julgar, até 31/12/2025, 100% dos casos de feminicídio e de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023. Percentual de cumprimento: 99,7%.

Meta 11. Julgar, até 31/12/2025, 100% dos casos de sequestro internacional de crianças, distribuídos até 31/12/2024. Percentual de cumprimento: 100%.

Meta Específica 01. Julgar, até 31/12/2025, 99% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos até 31/12/2023. Percentual de cumprimento: 95,2%.

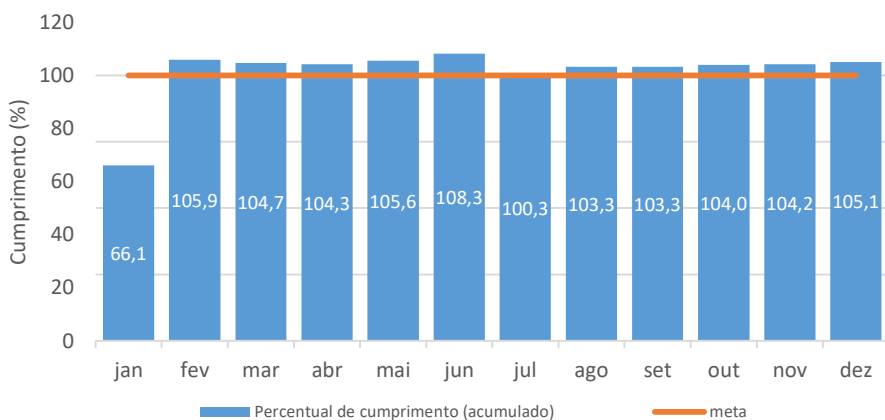
Meta Específica 02. Garantir tempo médio de 365 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos. Percentual de cumprimento: 82,4%.

As tabelas abaixo mostram a evolução do cumprimento das metas ao longo do ano.

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO (PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO ACUMULADO) - 2025

Meta 1

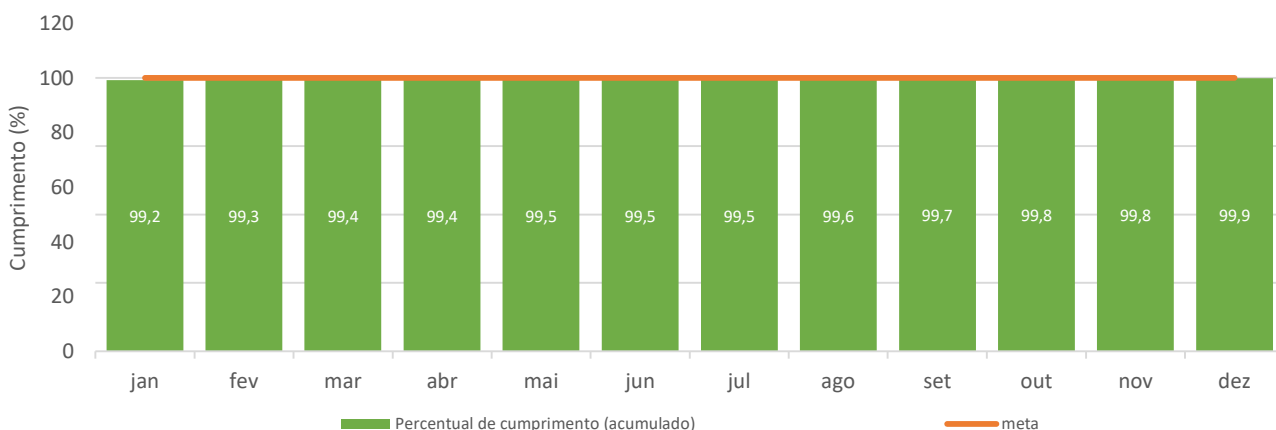
Julgar quantidade maior de processos de conhecimentos do que os distribuídos em 2025.



Meta estará cumprida quando atingir 100% da escala

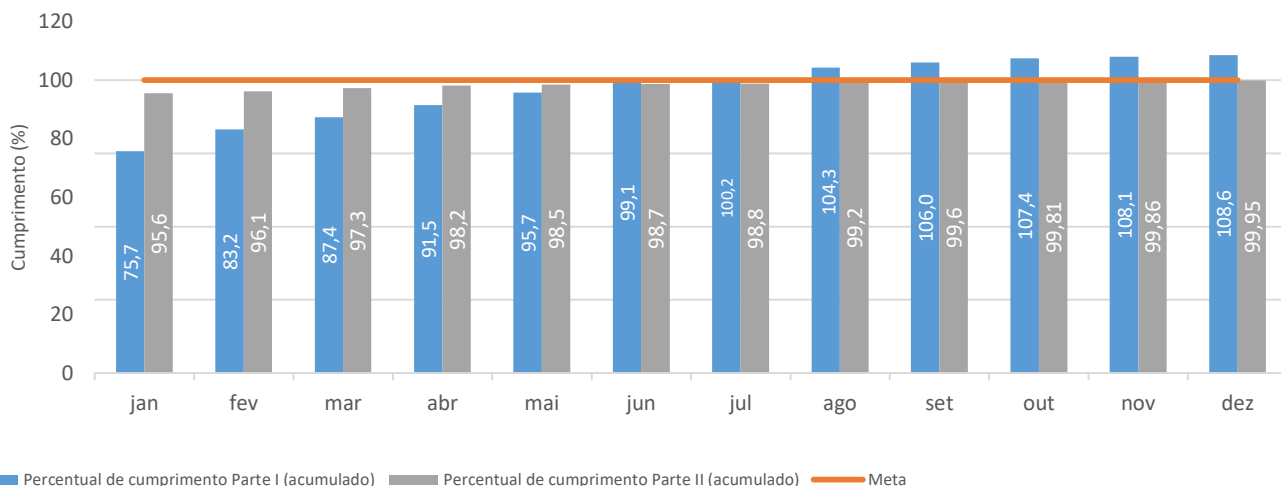
Meta 2 (Distribuídos até 31/12/18)

Identificar e julgar, até 31/12/2025 pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018.



Meta 4 (Parte I: Distribuídos até 31/12/2023; Parte II: Distribuídos até 26/10/2021)

Identificar e Julgar, até 31/12/2025, 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2023 e julgar até 26/10/2025, 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.

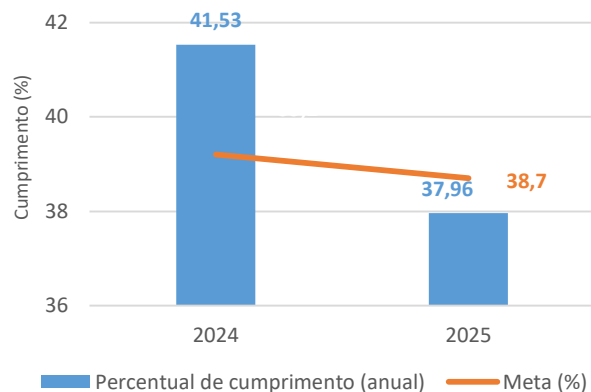


METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO (PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO ACUMULADO) - 2025

As Metas estarão cumpridas quando atingirem 100% da escala, exceto a meta 5

Meta 5

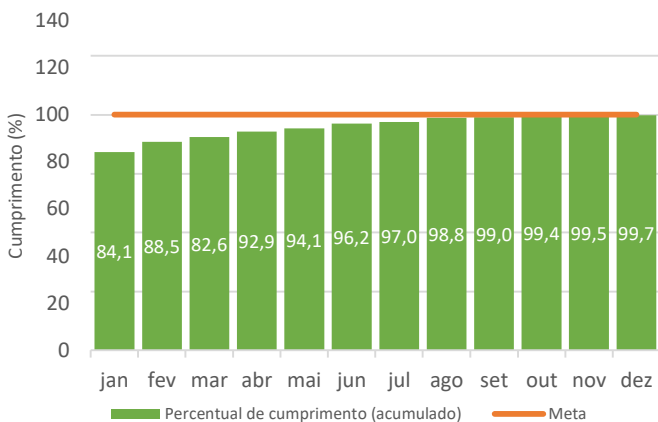
Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento, até 31/12/2025



-Indicador com mensuração anual;
-Meta inversamente proporcional, ou seja, quanto menor o resultado, melhor.

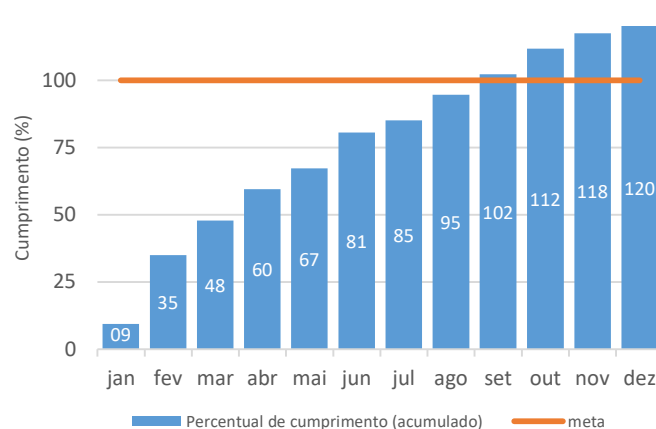
Meta 8

Identificar e Julgar, até 31/12/2025, 100% dos casos de feminicídio e de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023.



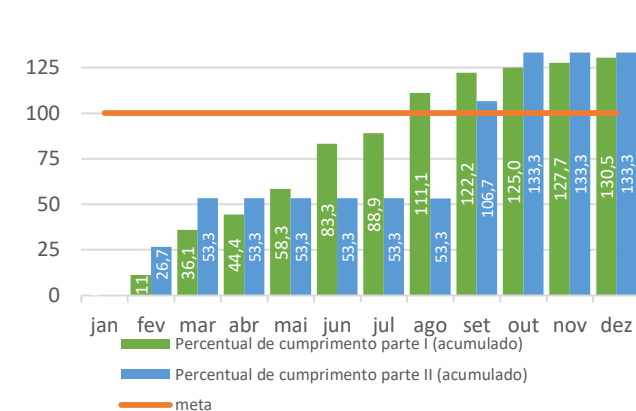
Meta 6

Identificar e julgar, até 31/12/2025, 75% dos processos relacionados as ações ambientais distribuídos até 31/12/2024.



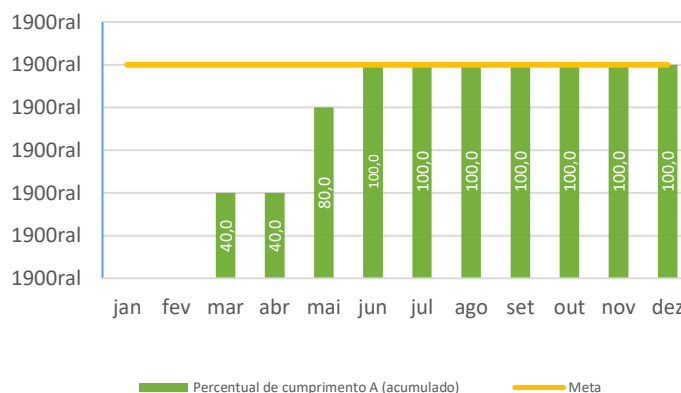
Meta 7

Julgar, até 31/12/2025, 75% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas; e 75% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas distribuídos até 31/12/2024.



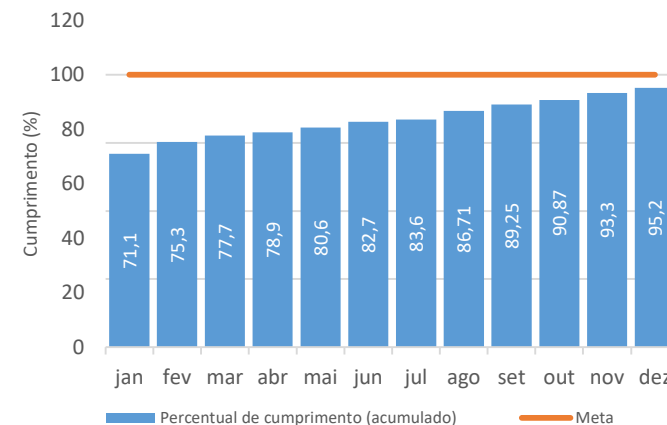
Meta 10

Julgar 100% dos casos de sequestro internacional de crianças, distribuídos até 31/12/2024.



Meta Específica 01

Julgar, até 31/12/2025, 99% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos até 31/12/2023.



Glossário

Acórdão

Peça escrita que contém o julgamento proferido por órgão colegiado de um tribunal; não por um juiz.

AREsp (Agravo em recurso especial)

Recurso que se interpõe contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido.

Controvérsia

Representa o conjunto de processos recebidos pelo STJ na condição de representativos da controvérsia – RRC (§ 1º do art. 1036 do CPC), a fim de possibilitar a afetação dos (s) processo (s), pelo Órgão Julgador do STJ, ao rito dos recursos repetitivos.

Controvérsia aguardando manifestação

Representa todas as controvérsias pendentes até o mês de referência deste boletim (quantitativo acumulado).

Decisão interlocutória

É o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente, ou seja, ponto relevante que não põe fim ao processo.

Decisão Liminar

Decisão urgente e provisória, dada antes do julgamento do processo para evitar prejuízo irreparável a um direito

Decisão terminativa

É aquela onde o magistrado toma uma decisão que põe fim ao processo.

Decisão colegiada

Decisão proferida por um grupo de juízes ou ministros, reunidos em um colegiado. É também denominada de "acórdão". Os órgãos colegiados do Tribunal são: Corte Especial, seções e turmas.

Decisão monocrática Decisão proferida por um único magistrado; não por colegiado.

Distribuição

Escolha do relator do processo por sorteio ou por prevenção. O relator sorteado pode declarar-se impedido, caso em que é feito novo sorteio.

Ministério público

Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127).

Pedido de vista

Ato pelo qual o ministro solicita os autos de um processo com o direito de tomar conhecimento de tudo o que nele contém, se dá durante o julgamento no momento de proferir o voto ele pode pedir.

Processo

Conjunto coordenado de preceitos legais normativos, que imprimem forma e movimento à ação no sentido formal.

Processo atribuído

É o processo que foi imputado ao ministro nomeado no lugar de magistrado que deixou o cargo por aposentadoria, falecimento ou mudança de órgão julgador.

Processo baixado

Processo recursal que foi encaminhado de volta ao tribunal de origem.

Processo Arquivado:

Processo originário que foi guardado em arquivo definitivamente no tribunal após o trânsito em julgado.

Processo distribuído

Processo recebido pelo magistrado, mediante distribuição por sorteio, para que proceda ao seu julgamento.

Processo originário

Aquele que se inicia no próprio órgão e não chega a ele como recurso contra decisão proferida em outro grau de jurisdição.

Processo pendente de 1ª decisão

Processo que ainda não possui decisão terminativa/definitiva.

Processo recursal

Aquele que chega ao órgão como recurso contra decisão proferida em outro grau de jurisdição.

Processo redistribuído

É aquele resultante da nova distribuição decorrente da incompetência reconhecida do magistrado ou do órgão judicial a que foi anteriormente distribuída ou decorrente de aposentadoria, falecimento ou afastamento do relator originário.

Processo registrado

É o feito registrado ao Ministro Presidente, vice-Presidente e aos presidentes de seção por determinação regimental.

Recurso

Meio de que dispõe a parte vencida em um processo para provocar a modificação ou a invalidação de uma decisão judicial desfavorável.

RE (Recurso extraordinário)

Recurso da competência do Supremo Tribunal Federal contra decisões proferidas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo da Constituição Federal; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição; d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal (CF, art. 102, III).

REsp (Recurso especial)

Recurso de competência do Superior Tribunal de Justiça, instituído pela Constituição de 1988 (art. 105, 111). É cabível das causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e

Territórios, quando a decisão recorrida: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; b) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal; e c) der à lei federal interpretação divergente de que lhe haja atribuído outro tribunal.

RO (Recurso ordinário)

Recurso dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, quando denegatória a decisão, em mandado de segurança decidido em única instância e habeas corpus decidido em única ou última instância pelos tribunais regionais federais e pelos tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal e dos Territórios, bem como em causas em que forem partes estado estrangeiro ou organismo internacional de um lado e, do outro, município ou pessoa residente e domiciliada no País (CF, art. 105, caput, II).

Relator

Membro de tribunal a quem se atribui – por distribuição automática e eletrônica – um processo para estudá-lo e explicá-lo em relatório, podendo ser escolhido também por prevenção, quando já tiver sido relator de processos referentes ao mesmo caso.

Voto-vista

Consiste no voto proferido pelo ministro que pediu vista dos autos.

Recurso especial repetitivo

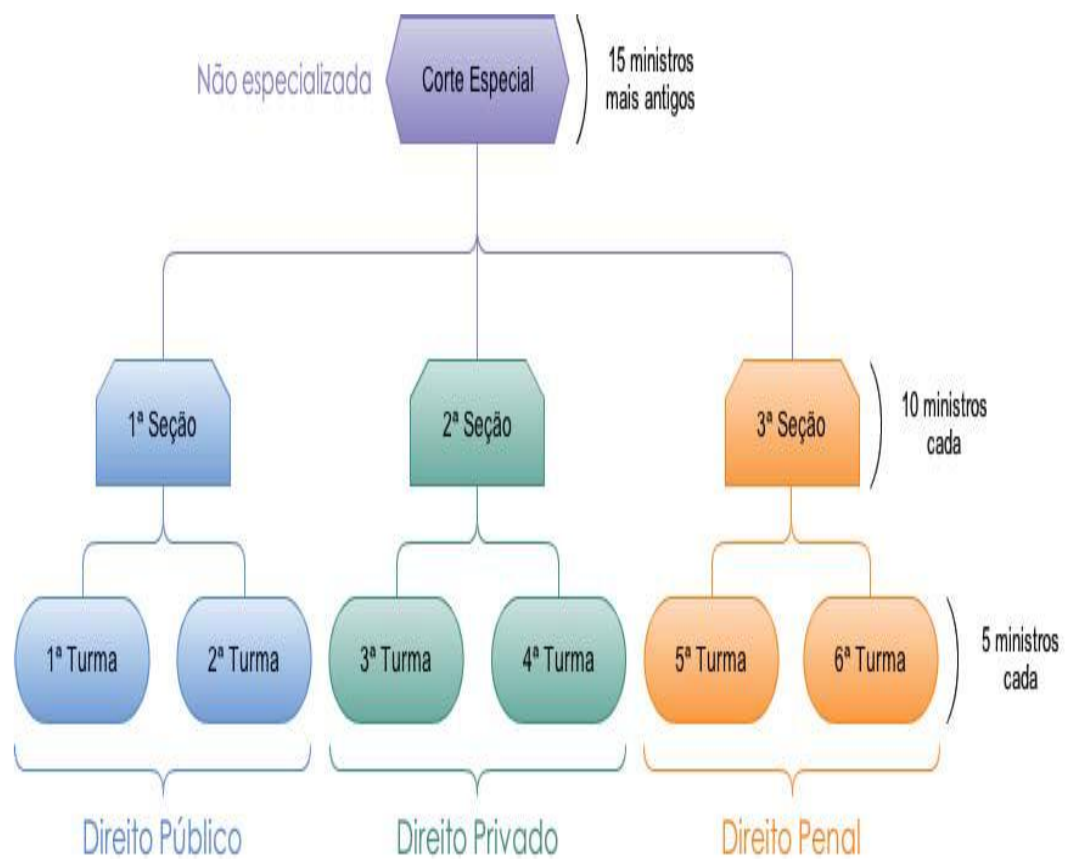
É um recurso que representa um grupo de recursos baseados em teses idênticas, ou seja, que têm fundamento em questão de direito idêntica. Nesses casos, o processo fica suspenso no tribunal de origem até o pronunciamento definitivo do STJ sobre a matéria.

Classes processuais do STJ: para consultar todas as classes de feitos clique no link abaixo e consulte diretamente no Art. 67 do Regimento Interno:

[Link](#)

Áreas de especialização

O Regimento Interno definiu as áreas de especialização dos seus órgãos judiciários (seções e turmas), atribuindo-lhes competência para processar e julgar os feitos relativos ao Direito Público, ao Direito Privado e ao Direito Penal. Essa especialização é definida em razão da natureza da relação jurídica litigiosa.



RELATÓRIO ESTATÍSTICO

2025



STJ

Assessoria de Gestão Estratégica
Coordenadoria de Governança de Dados e Informações Estatísticas